

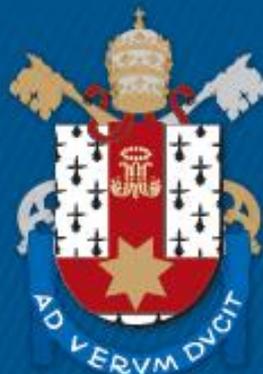
ESCOLA DE HUMANIDADES
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO

JÉSSICA ROSANA SILVA PERLA

**NUM PRÉDIO AZUL DESBOTADO: A OCUPAÇÃO MIRABAL COMO
ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JÉSSICA ROSANA SILVA PERLA

**NUM PRÉDIO AZUL DESBOTADO: A OCUPAÇÃO MIRABAL COMO
ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

P45 1n Perla, Jessica Rosana Silva

Num Prédio azul desbotado A Ocupação Mirabal como alternativa de enfrentamento da violência contra mulher / Jessica Rosana Silva Perla. – 2023.

86.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro.

1. Mulheres. 2. Violência. 3. Autonomia. 4. Movimentos Sociais. I. Ribeiro, Fernanda Bittencourt. II. Título.

JÉSSICA ROSANA SILVA PERLA

**NUM PRÉDIO AZUL DESBOTADO: A OCUPAÇÃO MIRABAL COMO
ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Defesa em: 24 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Profa. Dra. Edla Eggert

Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini

Profa. Dra. Maria Luísa Célia Escalona de Dios

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Aos professores e professoras, pelos quais nutro admiração e carinho. Em especial à minha orientadora, Fernanda Bittencourt Ribeiro que se tornou uma amiga, compreensiva e comprometida com a leitura deste trabalho, sempre que conversávamos me sentia inspirada e revigorada para o meu percurso de pesquisa. Ao professor Rafael Madeira minha imensa gratidão, por ter sido amigo e atencioso no início do curso, quando havia a incerteza da bolsa. Ele nos tranquilizou, lutou junto com as alunas e alunos, e também nos guiou nos caminhos da metodologia de pesquisa no início do mestrado. Seu apoio e conselhos foram essenciais.

À minha colega Gabriela Vieira, com quem compartilhei muitos momentos da pesquisa, muitas alegrias e incertezas. Obrigada, amiga, por toda a tua alegria, determinação e pelo otimismo sempre transmitido.

Aos meus pais, Luciano Perla e Neiva Perla, que me prestaram apoio e amor incondicional quando precisei enfrentar um período de enfermidade, com muitas idas e vindas de hospital, cirurgia e internação em tempo de pandemia. A vocês, todo o meu respeito, amor e gratidão, por serem sempre um exemplo bonito para mim.

Ao Tarso Martins, meu companheiro, meu melhor amigo e o meu amor. A pessoa que admiro todos os dias, e que muitas vezes me incentivou a escrever, com o seu exemplo de dedicação, esforço e carinho em tudo o que faz. Obrigada, meu bem, por ter lido meus textos, por ter contribuído nesta dissertação com os teus desenhos e com a tua arte. Obrigada por compartilhar a vida comigo, pelo riso, pela poesia do nosso dia a dia e por tudo que estamos conquistando juntos. Obrigada, meu benzinho.

E, finalmente, minha gratidão à CAPES pela bolsa de estudos, pois, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Obrigada pela oportunidade da realização da pesquisa e pelo custeio material mensal. O incentivo à pesquisa é tão importante e valioso. Espero, de coração, que muitas pessoas tenham a mesma oportunidade.

*Às mulheres que lutam pelo justo, pelo bom e pelo melhor
do mundo. Às mulheres do Movimento Olga Benário.*

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

(Milton Nascimento / Fernando Brant).

RESUMO

Para onde vão as mulheres que sofrem violência? Na cidade de Porto Alegre existe uma ocupação chamada Casa de Referência Mulheres Mirabal, local que as mulheres acessam por motivos de violência doméstica ou vulnerabilidade e encontram uma oportunidade de construção de cidadania. Experimentam uma vivência maior do que enfrentar a violência, um desenvolvimento de autonomia, autoconhecimento, descoberta de vocações, construção de afetos e competências. No início deste trabalho apresenta-se a importância do percurso das mulheres, das múltiplas vozes, do silêncio e do sofrimento nas corporalidades, assim como a contextualização dos avanços das políticas públicas para as mulheres no Brasil desde a década de 70. Em seguida é realizado um resgate histórico e jornalístico da Casa Mulheres Mirabal, com um apanhado de reportagens e textos jornalísticos que repercutiram as notícias da ocupação e de toda a resistência, demonstrando a relação ambígua do poder estatal com a Casa Mirabal. Em tom narrativo, são trazidas as vivências, os percursos, os olhares, as vozes, as gritarias das crianças, além de reflexões sobre o observar e registrar etnograficamente tantas histórias, resistência e engajamento. Na conclusão reflete-se sobre a possibilidade da teoria do Direito Achado na Rua se aplicar à situação da Casa Mirabal como uma produção de “direito vivo”, constatando-se a importância das reivindicações aos direitos das mulheres neste local, uma vez que já é reconhecido como essencial para a vida de muitas mulheres e crianças que passam por lá em período de recuperação. Pode-se afirmar que a Casa Mirabal é de fato uma alternativa de enfrentamento à violência contra às mulheres eficaz e importante para as mulheres de Porto Alegre.

Palavras-chave: Mulheres. Violência. Autonomia. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Where do women who suffer violence go? In the city of Porto Alegre there is a place called *Casa de Referência Mulheres Mirabal*, a space where women go due to domestic violence or vulnerability and find an opportunity to build up citizenship. They have a greater experience than facing violence and develop autonomy, self-knowledge, discover their vocations, construct affections and skills. At the start of this work the importance of the path of women is presented, as well as the multiple voices, the silence and the suffering in the corporalities, and the contextualization of the advances of public policies for women in Brazil since the 1970s. Then, a historical and journalistic rescue of *Casa Mulheres Mirabal* is carried out, with a collection of reports and journalistic texts that echo the news of the occupation and of all the resistance, which demonstrates the ambiguous relationship of the State with *Casa Mirabal*. In a narrative tone, the experiences, paths, looks, voices, screams of children are brought, as well as reflections about the ethnographical observation and record of many stories, resistance and engagements. In the conclusion there is a reflection about the possibility of the theory of the Law Found on the Street being applied to the situation of *Casa Mirabal* as a production of "living law", noting the importance of claims to women's rights in this place, since it already is recognized as essential to the lives of many women and children who pass through there in a recovery period. It can be said that *Casa Mirabal* is in fact an effective and important alternative for fighting violence against women in Porto Alegre.

Key-words: Women. Violence. Autonomy. Social Movements.

LISTA DE SIGLAS

CEDAW	– Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CF	– Constituição Federal
DANR	– Direito Achado na Rua
DH	– Direitos Humanos
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
LGBTQIA+	– Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais.
MLB	– Movimentos de Lutas dos Bairros, Vilas e Favelas
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
PUCRS	– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAJU	– Serviço de Assistência Jurídica Universitária
SUS	– Sistema Único de Saúde
RS	– Rio Grande do Sul
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	– Universidade de São Paulo
UP	– Unidade Popular
ZH	– Zero Hora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilustração representando o prédio azul desbotado	51
Figura 2: Ilustração representando a entrada da ocupação	59
Figura 3: Ilustração representando a nova ocupação.....	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – MEMÓRIA E MÚLTIPLAS VOZES	14
2.1	OS DIREITOS HUMANOS DA MULHER	15
2.2	PARA ONDE VÃO AS MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA?	21
2.3	REDES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	24
3	CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL – UMA ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE PORTO ALEGRE	28
3.1	A CASA MIRABAL	28
3.1.1	Histórico	28
3.2	A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NA CASA	43
3.3	MULHERES QUE FREQUENTAM A CASA	44
3.4	MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO	46
3.5	A CASA TINA MARTINS	47
3.6	NOVAS CASAS DE REFERÊNCIA NO BRASIL	47
3.7	RESISTE MIRABAL	49
3.7.1	Cantos de resistência	49
4	O ORDINÁRIO E O EXTRAORDINÁRIO NO COTIDIANO DA OCUPAÇÃO MIRABAL	51
4.1	COMO A PESQUISADORA CHEGOU LÁ	51
4.2	OS PRIMEIROS MOMENTOS NA OCUPAÇÃO	53
4.3	CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA	56
4.4	O SUSTENTO DA CASA	57
4.5	O COTIDIANO NA MIRABAL	58
4.6	RESISTE, MIRABAL	67
5	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

A ocupação Mulheres Mirabal é considerada Casa de Referência para mulheres que sofrem violência na cidade de Porto Alegre. A luta pelo reconhecimento iniciou-se em 2016, quando houve a ocupação de um prédio no centro histórico da cidade, em um momento em que as medidas oferecidas não eram suficientes, assim como, havia potencial desmonte das políticas públicas no que tangia os direitos das mulheres naquele ano. Assim, a ocupação surgiu organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário. Estabeleceu-se como a segunda ocupação do movimento com o intuito de enfrentar a violência contra a mulher no Brasil. Tornou-se cada vez mais conhecida pelo reconhecimento e pelo trabalho realizado. De boca em boca foram ganhando popularidade e apoio da comunidade. No entanto, estas mulheres enfrentaram processos judiciais, reintegrações de posse e ganharam um espaço na mídia pelo serviço prestado e pela resistência frente aos pedidos de desocupação. Enquanto isto, o poder público mostrou-se ambíguo. Ao mesmo tempo, em que reconhecia o trabalho realizado como importante, não economizou esforços nas tentativas de acabar com a ocupação.

A pesquisadora conheceu a casa no ano de 2017, quando começou a atuar como apoiadora. Esta vivência foi fundamental para a elaboração deste trabalho, tendo em vista a convivência e a observação do cotidiano, com anotações no *caderninho*, como uma forma, talvez, de aliviar o peso do sentimento que transbordava todas as vezes que retornava de lá. Para melhor elucidar, a pesquisadora é advogada, na época atuava no SAJU/UFRGS, que é um Serviço de Assistência Jurídica, sempre que possível destinava alguns dias da semana para prestar apoio à casa.

Encontrar a Casa Mirabal despertou a curiosidade para escrever um diário de campo. Talvez como um modo de compreender melhor aquele território, permeado de tantos silêncios e, ao mesmo tempo de tantas vozes, múltiplas, potentes, encorajadoras. Um espaço composto por pessoas dispostas a ajudar e outras a serem ajudadas. Ao longo do tempo o caderninho foi ficando cheio de histórias, cenas, retratos do cotidiano de uma ocupação. Foram se somando histórias e mais histórias ouvidas em manhãs e tardes em volta de uma mesa na cozinha, na sombra de um abacateiro e durante os mais simples atos do cotidiano. Além de práticas de resistência no dia a dia, foi possível acompanhar reuniões de negociação com o poder público, bem como constatar o reconhecimento conquistado pela ocupação perante muitas instituições.

A etnografia na casa restitui a vivência, a experiência de estar lá, sendo imprescindível tratar das histórias observadas e da resistência da Ocupação Mulheres Mirabal, pois uma está atrelada a outra. O dia a dia na casa é feito também de cenas de crianças que estão abrigadas junto de suas mães. Cenas que evidenciam desigualdade e vulnerabilidade social, mas que

também inspiram esperança. Dramas coletivos, como o corte de energia ao qual o prédio foi submetido, deixam observar que não faltou solidariedade, quando por exemplo, graças a uma vizinha a casa conseguiu um pouco de energia elétrica. A etnografia desenvolveu-se em um cotidiano relacionado à movimentos sociais e lutas coletivas, mas também de coloridos retalhos e histórias.

Como já foi dito, a ocupação é atualmente considerada casa de referência para mulheres que sofrem diversas violências, principalmente a doméstica. Desta forma, é tecido um cenário sobre a possibilidade de uma ocupação organizada por militantes de movimentos sociais poder tomar espaço como alternativa de enfrentamento à violência, como medida essencial que auxilia muitas vítimas a romperem com o ciclo deste mal.

A pesquisa permeia as histórias de mulheres na busca de alternativas e em formas de organização coletiva e evidencia como o sofrimento percorre estes corpos e seus territórios. No mesmo caminho, traça-se um paralelo para compreender como as mulheres se articularam e juntas, a despeito da irregularidade da ocupação, têm integrado políticas públicas essenciais para a vida e para o direito de viver sem violência.

Este trabalho compõe-se em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo, aborda-se de forma breve, a teoria de Veena Das, antropóloga que trata do sofrimento, do silêncio e das múltiplas vozes de mulheres. Em seguida, trazemos a contextualização das políticas públicas voltadas para as mulheres desde o fim da década de 1970, com a criação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e diante dos movimentos populares e os avanços históricos que contribuíram para um melhor cenário de políticas públicas e de reconhecimento social do problema.

O segundo capítulo é dedicado ao resgate histórico e jornalístico da Casa Mulheres Mirabal, com um apanhado de reportagens e textos jornalísticos que repercutiram as notícias da ocupação e de toda a resistência, demonstrando a relação ambígua do poder estatal com a Casa Mirabal, e trazendo o recorte histórico, marcado por dois fatos importantes: a ocupação na Duque de Caxias, 380, no dia 25 de novembro de 2016, e a segunda ocupação no dia 7 de setembro de 2018, em uma escola abandonada, espaço este que estava verbalmente destinado pelo Estado do Rio Grande do Sul para o serviço da Mirabal. Também neste capítulo ainda é dada visibilidade às crianças e mulheres residentes na casa. Por fim, no terceiro capítulo, em tom narrativo, trago as vivências, os percursos, os olhares, as vozes, as gritarias das crianças e minhas reflexões, como pesquisadora e apoiadora da ocupação Mirabal, sobre o observar e registrar etnograficamente tantas histórias, percursos, resistência e engajamento.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa que reforça os ensinamentos de Geertz (2009) quanto a importância do estar lá, fazer-se presente para, participando, aguçar a curiosidade de ilustrar esta vivência em forma de pesquisa acadêmica e demonstrar toda a sua importância e relevância social. Os procedimentos de pesquisa consistiram na realização de observação participante, no registro de histórias e conversas informais em diário de campo e na participação em eventos relacionados à ocupação. Também se realizou um levantamento de reportagens e textos jornalísticos referentes à Ocupação Mirabal.

2 O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – MEMÓRIA E MÚLTIPLAS VOZES

A luta das mulheres e a conquista por direitos é um ato político que gira em torno da opressão da vida cotidiana e contra o poder colonial e patriarcal. A Ocupação Mirabal, objeto deste estudo, é uma expressão desta luta histórica de enfrentamento à violência contra a mulher, contextualizada em Porto Alegre desde 2016 a 2023.

As violências, historicamente, estiveram presentes no ordinário da existência das mulheres. O sofrimento, a desigualdade, a morte e o luto marcam histórias de vidas oprimidas. Veena Das, é estudada pela Parreiras e Lacerda (2021) consideram que:

As possibilidades de voltar a habitar um mundo devastado são construídas discursivamente, mas não apenas narrativamente; afinal, o rumor, o lamento, o luto, o silêncio, e mesmo o testemunho, são formas expressivas que não necessariamente se apoiam nas palavras.

Daí a importância de ouvir as vozes que falam e o silêncio enquanto linguagem. Seguindo nesta perspectiva cabe lembrar que o Estado, nesta perspectiva é um Estado que gere a vida das pessoas (DAS; POOLE, 2004). Por outro lado, estado também é uma condição que pode ser de violência. Por isto, para entender a violência e seus efeitos é preciso olhar para o ordinário, o comum, ou seja, o cotidiano. É nele que a violência em suas múltiplas formas afeta a vida das mulheres.

Butler (2019) traz a ideia de desigualdade de gênero, como se existissem corpos que não importam. Esta perspectiva alinha-se com a ideia de Veena Das sobre o interesse pelas margens do estado e sobre a vida nas margens.

A forma de intervenção preconizada na casa Mirabal valoriza a aproximação e a escuta para o desenvolvimento de uma compreensão, o estar junto e disponível para perceber o ambiente e interagir. Neste sentido, o testemunho se dá quando um corpo sofre e adquire memória, encontra no coletivo a identificação e vozes que podem ajudá-la a se recuperar.

Para Vianna (2020, p.5) refere que: “Experiência e limite são, assim, indissociáveis da própria concepção de sujeito e subjetividade: a noção de que o sujeito, longe de pertencer ao mundo, é em verdade seu limite”. A autora reflete sobre experiência, eventos de violência e sobre a dor do outro que são trazidas por Veena Das. Ainda, segundo Vianna: “Se a voz, afinal, é aquilo que infunde vida e alma às palavras e se isto só se realiza no contato direto com a experiência cotidiana, persegui-la etnograficamente implica uma série de cuidados e sensibilidades”. (2020, p.5)

É importante esta aproximação da dor e do sofrimento, a fim de alcançar uma melhor compreensão empática.

A antropóloga Veena Das é importante neste recorte do trabalho, tendo em vista os seus estudos sobre sofrimento social e a violência vista a partir do ordinário, do cotidiano. Mulheres que sofrem violência adquirem uma memória quase coletiva quando encontram o acolhimento e o reconhecimento da dor em outras corporalidades, conforme pontua Parreiras e Lacerda (2021, p.3):

É possível dizer que, para Veena Das, a violência dá acesso a relatos construídos de forma complexa entre corpos e linguagens, no plural, já que a autora considera ser o silêncio também parte da linguagem. Desse modo, a violência pode ser não só objeto do conhecimento antropológico, mas uma experiência capaz de conectar pessoas por meio de subjetividades.

Neste sentido Vianna (2020, p.10) complementa:

Nesse movimento entre corpos, a sentença “sinto dor” torna-se o canal pelo qual posso sair da inexprimível privacidade e asfixia da minha dor. Isso não significa que eu seja compreendida. Wittgenstein usa o caminho de uma gramática filosófica para dizer que essa não é uma afirmação indicativa, embora possa ter a aparência formal de uma. É o começo de um jogo de linguagem. A dor nessa interpretação não é aquela coisa inexprimível que destrói a comunicação ou marca uma saída da existência da pessoa na linguagem. Em vez disso, ela faz uma reivindicação ao outro - pedindo reconhecimento que pode ser dado ou negado.

O corpo é político, porém vulnerável e passível de estigmas e preconceitos. Em relação a estes aspectos, a classe social, o gênero e a raça são marcadores importantes que ainda definem muitos estigmas. A dor e o sofrimento são tecidos nas histórias. No caso do cotidiano da Mirabal, dizem respeito às mulheres vítimas de violência interpessoais e por formas de violência do Estado. Apesar da existência de políticas públicas de enfrentamento, ainda é notável a falta de estrutura para atender vítimas, bem como, o avanço dos índices de violência contra a mulher.

2.1 OS DIREITOS HUMANOS DA MULHER

Na concepção dos Direitos Humanos, as mulheres tiveram seus primeiros direitos concretizados em 1979 com a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, conhecida pela sigla em inglês de CEDAW ou Convenção da Mulher.

O objetivo desta Convenção foi promover a proteção à mulher em escala mundial, aprimorando os direitos das mulheres e estabelecendo os direitos iguais para homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza.

O Brasil ratificou o compromisso com a Convenção da Mulher em 1984, assumindo o dever de adotar medidas no sentido de enfrentar a discriminação contra a mulher:

Os Estados-Partes: Deverão em todos os campos e em particular, no político, social, econômico e cultural tomar todas as medidas apropriadas inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e o progresso das mulheres, com vistas a garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem (CONVENÇÃO, 1984).¹

O advento da Carta Constitucional de 1988 trouxe importantes avanços para os direitos sociais brasileiros. No que tange às medidas de enfrentamento à violência contra as mulheres, pode-se dizer que a Constituição impulsionou o surgimento de políticas públicas a fim de tecer medidas e alternativas na concretização e efetivação de direitos. Estas conquistas a partir da luta feminista, manifestações sociais e muitas vezes, desobediência civil. Soares (1998 p.33-54) em “Muitas faces do feminismo no Brasil” recorda os anos 90 para falar de espaços e feminismos:

Os anos 90 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas. S. Alvarez (1988) usa o termo 'mosaico de diversidade' quando descreve os movimentos presentes no processo da IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995.

A autora refere-se a movimentos populares e mulheres engajadas, que ao adentrarem naquele campo, se apropriaram dos sentidos nele produzidos, interagindo com eles introduzindo ali a sua voz, desafiando as suas formulações. Desta experiência é possível identificar um movimento político, bem como o esboço de um sujeito transformador e potente, que se constitui de forma contingente, e se posiciona em relação a uma determinada concepção de um direito a viver a não-violência. Em sua tese de doutorado sobre a Lei Maria da Penha e o Direito Penal, Vasconcellos (2015, p. 32) expressa que:

A constituição dos grupos de mulheres, organizados em movimentos sociais urbanos, enquanto sujeito político ocorreu no Brasil voltada inicialmente para a redemocratização do Estado e para questões que atingiam o grupo de trabalhadores pobres dos centros urbanos (baixos salários, elevado custo de vida, inexistência de recursos suficientes de infraestrutura urbana e precariedade de acesso aos serviços

¹ Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 18.12.1979, entrou em vigor em 03.09.1981. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31.03.1981 e ratificada, com reservas, em 01.02.1984, entrou em vigor em nosso país em 02.03.1984. Em 22.06.1994 foi ratificada, sem reservas. Texto publicado no Diário do Congresso Nacional em 23.06.1994.

coletivos). As demandas apresentadas, neste primeiro momento, buscavam sanar algumas das deficiências estruturais produzidas pelo modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo regime militar. Posteriormente, estes grupos de mulheres passaram a pautar a discussão de temas mais específicos relacionados com as condições sociais das mulheres com relação ao direito a creches, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência.

Através de uma luta histórica foi conquistada a redemocratização e com ela a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988. Nesta carta cidadã estão elencados direitos fundamentais e sociais a serem garantidos a todos os cidadãos. A Carta Magna ainda prevê em seu primeiro artigo no parágrafo único que todo poder emana do povo Art. 1º CF/88 Parágrafo Único: “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (CF/88).

É necessário reconhecer esta conquista histórica da redemocratização. Este período foi um importante marco para o movimento de mulheres, conforme cita Martins (2021, p. 50): “trouxe outra face para o movimento feminista no Brasil. Aglutinaram-se as experiências das exiladas políticas com as que ficaram no Brasil, fomentando a consolidação do movimento e, conseqüentemente, a difusão das ideias no cenário político nacional”.

Ainda, neste sentido é importante ressaltar que as mulheres conquistaram historicamente o espaço político e este trabalho se debruça na organização de mulheres e na reivindicação de um espaço de acolhida visando o enfrentamento da violência. Conforme menciona Vasconcellos (2015, p. 48):

O processo de participação de mulheres em movimentos sociais de vinculação marxista, passando pela criação de movimentos de mulheres e culminando no desenvolvimento do que pode ser chamado de movimento feminista brasileiro possibilitou a unificação de demandas específicas que resultaram na elaboração de uma agenda central, a partir da qual foram estabelecidas estratégias de articulação política.

A práxis dos movimentos e grupos sociais, bem como os objetivos de sua luta, convertem-se em reivindicações genuinamente jurídicas. O direito, assim, se apresenta como positividade da liberdade concretizada e conquistada nas lutas sociais e formula os princípios supremos da justiça social que nelas se desvenda (LYRA FILHO, 1980).

Neste sentido, Vasconcellos (2015, p. 172) afirma:

A demanda por criminalização vinda dos movimentos sociais de minorias pode ser lida como um esforço para que o Estado efetive os direitos humanos destes grupos, que a sociedade como um todo os reconheça. A utilização do Direito Penal configurar-se-ia em uma estratégia para a promoção de direitos já garantidos desde a Constituição Federal de 1988, mas não distribuídos a estes grupos. Portanto, não há como questionar a legitimidade desta demanda.

A Constituição de 1988 estabeleceu a igualdade entre todos perante a lei, este fato foi

significativo para as mulheres brasileiras que conquistaram a igualdade jurídica, o artigo 5º Inciso I “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (CF/88).

É importante ressaltar que na década de 80, o movimento de mulheres se engajou na luta por melhores políticas que visam a proteção e prevenção de todas as discriminações contra a mulher. No Brasil, os movimentos de mulheres compreenderam, antes mesmo do processo constituinte, que um elemento fundamental na demanda por políticas públicas sociais é a sua formalização legislativa, declarando direitos e criando a obrigação do Estado de garanti-los e implementá-los.

Sousa Junior (2002) ao refletir sobre a relação dos movimentos sociais com o direito os reconheceu como sujeitos coletivos de direito. Sader (1988, p.46) refere que “são sujeitos coletivos porque suas ações representam novas práticas instituintes, isto é, novas experiências em que se produzem alterações de falas e deslocamentos de significados”.

Em 1988, as mulheres engajadas com a reivindicações de visibilidade conquistaram espaço na CF, consagrando a igualdade entre homens e mulheres, e alinhando-se ao sistema internacional dos direitos humanos. Desta forma, o Brasil iniciou uma trajetória de avanços nos direitos das mulheres.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1994, e ficou conhecida como “Convenção de Belém do Pará”. O Brasil ratificou esta convenção em 27 de novembro de 1995 e promulgou em 1996. A Convenção traz a preocupação dos membros da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em seu preambulo, estabelecendo avanços para a proteção e concretização de direitos para as mulheres:

Considerando que o reconhecimento e o respeito irrestrito de todos os direitos da mulher são condições indispensáveis para seu desenvolvimento individual e para criação de uma sociedade mais justa, solidária e pacífica; Preocupada porque a violência em que vivem muitas mulheres da América, sem distinção de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição, é uma situação generalizada; Persuadida de sua responsabilidade histórica de fazer frente a esta situação para procurar soluções positivas; Convencida da necessidade de dotar o sistema interamericano de um instrumento internacional que contribua para solucionar o problema da violência contra a mulher; Recordando as conclusões e recomendações da Consulta Interamericana sobre a Mulher e a Violência, celebrada em 1990, e a Declaração sobre a Erradicação da Violência contra a Mulher, nesse mesmo ano, adotada pela Vigésima Quinta Assembléia de Delegadas; Recordando também a resolução AG/RES n. 1.128 (XXI-0/91) “Proteção da Mulher Contra a Violência”, aprovada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos; Levando em consideração o amplo processo de consulta realizado pela Comissão Interamericana de Mulheres desde 1990 para o estudo e a elaboração de um projeto de convenção sobre a mulher e a violência, e Vistos os resultados da Sexta Assembléia Extraordinária de Delegadas, Resolve: Adotar a seguinte Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (CONVENÇÃO..., 1994).

A Convenção do Belém do Pará exprime a necessidade do combate à violência contra as mulheres, tornando assim, a violência uma violação dos Direitos Humanos. Conforme reza em seu artigo primeiro, pode-se definir como violência contra a mulher “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (CONVENÇÃO..., 1994). Bem como no artigo 4º segue o rol de direitos protegidos:

Toda mulher tem direito ao reconhecimento, gozo, exercício e proteção de todos os direitos humanos e às liberdades consagradas pelos instrumentos regionais e internacionais sobre os direitos humanos. Estes direitos compreendem, entre outros: a) o direito a que se respeite a sua vida; b) o direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral; c) o direito à liberdade e à segurança pessoais; d) o direito a não ser submetida a torturas; e) o direito a que se respeite a dignidade inerente a sua pessoa e que se proteja sua família; f) o direito à igualdade de proteção perante a lei e da lei; g) o direito a um recurso simples e rápido diante dos tribunais competentes, que a ampare contra atos que violem seus direitos; h) o direito à liberdade de associação; i) o direito à liberdade de professar a religião e as próprias crenças, de acordo com a lei; j) o direito de ter igualdade de acesso às funções públicas de seu país e a participar dos assuntos públicos, incluindo a tomada de decisões. (CONVENÇÃO... 1994).

O reconhecimento e responsabilidade trazidos pela Convenção foram importantes para os avanços na defesa dos direitos das mulheres no Brasil e no mundo. A partir dos reconhecimentos internacionais e com a cooperação de muitas nações, foi tornando-se mais comum a presença de dispositivos legais visando a proteção aos direitos das mulheres.

O Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra às Mulheres, confere importantes conquistas, conforme assinalam Cuz, Araújo e Cerqueira (2011):

Em 2006, diante da dimensão do problema da violência doméstica em resposta às recomendações ao Estado brasileiro do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW/ONU) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

O conceito de enfrentamento, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões:

O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres (BRASIL, 2011).

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.343 de 07 de agosto de 2006) foi formulada, recebendo este nome devido à violência sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes, em 1983, quando o marido tentou assassiná-la por duas vezes. Na primeira tentativa com disparo de arma de fogo que a deixou paraplégica. Na segunda tentativa, por meio de choque elétrico. Após 20 anos do ocorrido, o marido de Maria da Penha foi condenado pelo crime.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) tem bases constitucionais de proteção e medidas contra a violência intrafamiliar, sendo uma conquista importante através de movimentos de mulheres organizadas, tendo como foco a punição dos agressores que praticam violência doméstica e familiar contra a mulher. Em seu artigo 7º, a lei dispõe o rol taxativo das formas de violência doméstica e familiar:

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Além das formas de punição com o advento desta lei, também surgiram inúmeras campanhas informativas e de conscientização. Como por exemplo, o número do telefone disponível para denúncias, correspondente ao 180 em todo o território nacional, bem como, campanhas através da mídia nacional, como o agosto “lilás”, que são medidas elaboradas no intuito de conscientizar sobre a necessidade da denúncia. Para Costa (2002), o Brasil sancionou a Lei Maria da Penha após a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2002, condenar por omissão e negligência. Sendo importante destacar os numerosos casos de agressão e violência doméstica sofridas por mulheres dentro de seu lar.

Porém, muitas vezes, as denúncias de Maria da Penha não são acatadas pela Justiça e o agressor permanece em liberdade. Costa (2022) relata que *“o Brasil precisou fazer essa autorreflexão, que acabou resultando na Lei Maria da Penha”*. A criação de uma política pública em defesa dos direitos das mulheres promoveu um aumento nas queixas do crime.

Para Costa (2022), após 16 anos da criação da lei Maria da Penha, muito há o que se questionar sobre a eficiência da sua execução nas situações factuais. A Professora da USP, destaca que a lei precisa amadurecer, com necessidade de especial atenção estatal e tendo em vista, o caso das mulheres em uma situação fragilizada pela violência sofrida e sem condições financeiras ou psicológicas de apoio, as mulheres devem receber assistência de aparelhos estatais, como as Delegacias da Defesa da Mulher e os centros de acolhimento, conforme aponta: *“A mulher que precisa sair da casa por conta do agressor precisa ter um local onde possa ser acolhida rapidamente, sem burocracia, e reconstruir a vida de alguma forma”*.

No entanto, mesmo com tantos avanços na legislação e na estrutura social, mediante programas e políticas públicas, os números de violência contra a mulher ainda continuam altos. Nem todas as mulheres conseguem o acesso à Lei Maria da Penha, e muitas escolhem não acessar por receio de alguma represália que possa vir de seu agressor. O problema ainda é complexo, crescente, e relevante para toda a sociedade.

2.2 PARA ONDE VÃO AS MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA?

No entender de Carcova (1988, p.14), muitas mulheres não conseguem acessar a justiça, pois, por vezes, este acesso traz consigo uma “opacidade”, é uma expressão escolhida pelo autor citado para denominar o fenômeno de desconhecimento do direito:

Esse efeito do desconhecimento varia de país para país e de indivíduo para indivíduo, segundo seja o grau de desenvolvimento social, cultural, político ou econômico dos primeiros e o lugar que ocupem os segundos na estrutura social. Mas além dessas determinações fundamentais, subsiste o efeito de desconhecimento. Grandes contingentes sociais padecem de uma situação de preterição, de pobreza ou de atraso que produz marginalidade e anomia. Isso implica, entre outras coisas, que a mensagem da ordem jurídica estatal não chega – materialmente – à periferia da estrutura social. Consideramos esse tipo de fenômeno como uma das fontes do “desconhecimento”.

Neste sentido, é importante mencionar a criação das casas de referência, lugares nos quais as mulheres conseguem achar um refúgio e acolhimento, assim como, assistência e orientação jurídica e psicológica.

Estas “casas” são indispensáveis para a reestruturação da vida da mulher, de seu cotidiano e até mesmo para salvá-las de um possível risco de vida, pois muitas têm medo de

denunciar seus agressores, e não buscam meios como o boletim de ocorrência, que viabiliza a medida protetiva Maria da Penha, pelo receio das consequências desta ação, de uma possível vingança ou perseguição. No entender de Krenkel e Moré (2017, p.771):

Na década de 1970, os movimentos feministas presentes em diversas partes do mundo foram os responsáveis pelo surgimento dos primeiros abrigos para mulheres que viviam em situação de violência, como forma de enfrentamento do problema. O ativismo, as denúncias e as reivindicações dos movimentos feministas e das mulheres contribuíram para a visibilização das questões de gênero e apontaram para a falta de políticas públicas, programas e serviços que pudessem auxiliar as mulheres na garantia dos seus direitos.

Conforme o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013), a violência pode assumir muitas formas: doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), a violência sexual, o abuso e a exploração sexual de mulheres adolescentes/jovens, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres, a violência institucional.

É importante frisar que muitas vezes a medida pode ser ineficiente para salvar a vida de uma mulher, Vasconcellos (2015) aponta em sua pesquisa que os resultados colhidos demonstram que a maioria das mulheres que sofreram violência conjugal, não depositam confiança na atuação dos órgãos de segurança pública, seja pela dificuldade dos mesmos garantirem sua efetiva proteção, seja pela baixa efetividade de qualidade do serviço prestado. Além disso, a pesquisadora percebeu a existência de um vácuo entre as percepções dos profissionais que atuam nas instituições que prestam atendimento à estas mulheres.

Por outro lado, os agentes responsáveis pela segurança pública acreditam que a ineficácia das medidas de proteção possibilitadas pela Lei Maria da Penha se deve a fatores diretamente relacionados com o pouco comprometimento das beneficiadas (portanto, só não seriam eficazes, porque elas próprias não desejam ser protegidas), enquanto outras não acreditam que os órgãos de segurança pública possam garantir a proteção prevista por lei. Os resultados da pesquisadora apontam para a dificuldade do sistema de justiça penal considerar os elementos existentes por trás dos conflitos violentos.

É importante frisar que as mulheres procuram locais onde são acolhidas de forma integral, sem pré-julgamentos ou burocracias. Muitas mulheres podem se sentir inseguras após os tramites legais. Segundo Maia (2022):

Em muitas situações o acolhimento na Mirabal acontece mesmo sem a Medida Protetiva, que é quando a mulher faz o Boletim de Ocorrência e o Judiciário determina a proteção, conforme determina a Lei Maria da Penha, circunstância que Priscila entende como emergencial diante da urgência da mulher em se afastar da casa onde sofre as agressões e ameaças de morte. No RS, a maioria dos casos de

feminicídio ocorre sem denúncia formal da violência doméstica e uma das razões é a falta de locais para acolhimento depois de registrado o Boletim de Ocorrência. Esse vácuo na proteção do Estado tem sido o papel da Casa Mirabal.

Sem ter para onde ir ou sem condições de enfrentar os empecilhos e julgamentos, que não raro ocorrem quando procuram uma instituição pública, elas acabam recorrendo a alternativas como a Casa Mirabal. Para Guarnieri, Alves e Bressan (2022) ao entrevistarem a professora e pesquisadora Luiza Habigzang relatou:

“Acho que é importante ter fluxos de trabalho, mas eu penso que isso não pode gerar uma rigidez que coloque a mulher em risco. Se ela precisa de um acolhimento imediato, é importante que ela receba esse acolhimento mesmo sem o BO. Porque o registro do BO é um momento difícil de tomada de decisão, às vezes ela precisa de uma conversa anterior.” A docente ainda questiona por que o poder público, em vez de recomendar o fechamento da Mirabal, não cria as condições para que a Casa tenha uma estrutura segura. “Eu acho que tem um desinvestimento muito importante em termos da garantia de direito das mulheres”.

Neste ponto, é importante registrar que diversos casos de mulheres que sofrem violência são encaminhados para a ocupação Mirabal por instituições e órgãos oficiais como a Delegacia da Mulher, Postos de Saúde e Defensoria Pública que reconhecem este trabalho como fundamental para a preservação da vida e dos direitos destas mulheres. Com o passar do tempo a ocupação foi se tornando referência para as instituições do Estado e ao mesmo tempo um motivo para batalhas judiciais.

Conforme Guarnieri, Alves e Bressan (2022), o excesso de regras das casas oferecidas pelo estado se apresenta como uma barreira para as mulheres romperem o ciclo de violência. Na casa Mirabal, a mulher em situação de violência não enfrenta burocracia e pode chegar sem que haja encaminhamento de órgãos públicos ou BO, e algumas até procuram a Casa por conta própria, sem passar por outras instituições antes. Já boa parte das casas-abrigo públicas só recebem mulheres por meio das delegacias, quando registram o BO.

Alguns espaços não aceitam que meninos maiores de 12 anos acompanhem as mães. Outras impõem um limite de tempo de permanência. Conforme a fala da Advogada Renata Teixeira, da ONG Themis: *“O que vemos é que não é tanto um problema de vagas, mas de restrição de demanda. Precisamos ter mais modelos de acolhimento, espaços em que as mulheres possam ter uma autonomia”*, ela reconhece a importância da Mirabal no cenário de acolhimento às vítimas de violência doméstica.

Neste local de acolhida, permanências e resistências tornam-se possíveis modos de organização, mobilização, luta feminista e discussões que visam alternativas emancipatórias.

2.3 REDES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A partir das conquistas históricas mencionadas anteriormente e das reivindicações sociais, criou-se a chamada rede de enfrentamento à violência contra mulher, com uma série de medidas que podem ser buscadas pela vítima em vulnerabilidade.

A partir dos estudos de Meneguel et al. (2011, p. 745) é possível constatar a realidade na cidade de Porto Alegre, tendo em vista que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher organiza-se de modo tal, que uma mulher em situação de violência geralmente se dirige a uma delegacia de polícia e/ou da mulher. Neste local é lavrado o BO. Quando existe lesão corporal, a vítima é encaminhada ao Departamento Médico Legal e, se houver pedido de medida protetiva, abre-se um processo que é enviado diretamente ao Juizado da Violência Doméstica, onde a medida é deferida em 48 horas. É importante frisar que o primeiro contato da mulher pode ocorrer em um serviço de saúde, assistência social, centro de referência ou conselhos de direitos, principalmente o Conselho Tutelar e os Centros de Referência da Assistência Social. Há, na cidade, dois Centros de Referência para Vítimas de Violência e uma Casa Abrigo para albergar mulheres e filhos, cuja entrada ocorre por encaminhamento da rede básica.

Neste sentido, é importante observar que existem uma série de elementos que atuam nos caminhos da mulher para buscar ajuda. Segundo Meneguel et al (2011, p.749), existem rotas facilitadoras e limitadoras de decisão de romper com a violência, os autores ressaltam como fatores limitadores a dificuldade ao acesso à justiça:

Como limitadores, elas criticaram a dificuldade de compreender as orientações e processos, a fragmentação dos serviços que compõem a rede e a ausência de um centro onde pudessem receber atenção integral. Outros pontos críticos foram a pressão dos operadores jurídicos para que as agredidas permaneçam na relação conjugal e a incapacidade da polícia em assegurar às demandantes a proteção de medidas protetivas. Já foi observado que há situações em que os serviços de apoio jurídico-legais, por meio da pressão, podem retirar o poder das mulheres que atendem para que estas adotem determinados comportamentos ou refaçam suas histórias para moldar-se a um protocolo ou documento legal.

Da mesma forma, um dos fatores significativos, que serve como limitador de buscar por ajuda é a dificuldade de registrar a ocorrência em delegacias, por medo do agressor descobrir e tornar-se mais agressivo.

Ao identificar os pontos críticos, é possível perceber a complexidade do problema e a efetivação das políticas públicas. Neste sentido, as casas-abrigo se mostram essenciais para resguardar a vida das mulheres e, muitas vezes, para reestruturar o seu modo de viver. Conforme Rodrigues e Caron (2021), é preciso observar que nem sempre existem vagas suficientes nas casas-abrigo mantidas pelo Estado para receber a quantidade de vítimas que sofrem violência.

Os autores também defendem a essencialidade destas casas para a vida das mulheres vítimas de violência. Porém, ponderam que estas casas não configuram moradias para as vítimas e possuem prazo para a saída, o que nem sempre condiz com o momento adequado para reinserção social para as mulheres abrigadas.

A falta de vagas, o prazo certo para sair e as burocracias a serem enfrentadas são elementos importantes na decisão de uma mulher em procurar locais de ajuda, conforme estudos de Krenkel e Moré (2017, p.771):

As casas-abrigos são locais de caráter temporário, seguros e sigilosos que têm por objetivo garantir a integridade física e psicológica das mulheres que estão em situação de violência e sob risco iminente de morte. As ações realizadas nas casas-abrigo estão pautadas em: promover o atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e a seus filhos, especialmente nas áreas social, jurídica e psicológica; promover condições para a reinserção social da mulher após sua saída da casa-abrigo, como trabalho e renda, moradia, creche para os filhos e inserção nos programas de saúde; informar à mulher quanto aos seus direitos e meios para exercê-los; oferecer um ambiente acolhedor para as mulheres visando ao exercício de sua autonomia e recuperação da autoestima.

Neste sentido, conforme Cruz (2018), a Casa Mirabal tem papel importante no respeito a individualidade de cada mulher acolhida e abrigada que precisa de auxílio. Alguns casos requerem mais cuidado e atenção. Na casa, o objetivo é sempre estimular a autonomia e a construção da cidadania das mulheres. Quando uma mulher chega na casa, um dos primeiros passos do atendimento é atender o questionamento sobre o que precisa para se restabelecer. Já houve casos de mulheres que ficaram mais de meses dentro da casa sem sair, por medo. Mesmo que aos poucos, procuram dar o apoio necessário para que as acolhidas consigam se sentir independentes.

Na pesquisa de Krenkel (2017), foi demonstrada a importância da existência de um local em que a mulher possa se sentir ouvida e que isto pode ajudar no enfrentamento à violência, bem como, às demais assistências, que podem favorecer a possibilidade de reestruturação e qualidade de vida destas mulheres, que muitas vezes, já passaram por várias tentativas de ajuda. Melo (2008 citado por MELO; RODRIGUES, 2017, p.165) refere:

Quando uma mulher consegue chegar até um centro de referência para atendimento, em regra pode ter passado por outras instâncias, como por exemplo, as delegacias da mulher ou outros serviços. Os centros de referência, por seu lugar de articulador da rede de atendimento e por ser um serviço especializado para atender, exclusivamente, mulheres em situação de violência de gênero, podem se organizar de modo a oferecer atividades/ações que contemplem as especificidades e singularidades das demandas das diferentes mulheres que os acessam.

Conforme apontam Magalhães, Morais e Castro (2011) os centros de referência devem contar com uma equipe técnica pluridisciplinar, integrando os serviços de assistência jurídica, como psicologia e serviço social com a finalidade de diagnosticar, a situação das vítimas acolhidas na instituição e apoiá-las na definição e execução dos seus projetos de promoção e proteção.

Diante de um cenário de falta de vagas em centros de referência oferecidos pelo poder público, bem como do desmonte das políticas públicas que visam a proteção da mulher, o movimento de mulheres Olga Benário se organizou e articulou uma forma de atender mulheres em ocupações de residências inabitadas, segundo Cegatti (2019), o objetivo da primeira ocupação era pressionar o Estado por melhores políticas públicas para as mulheres e a criar centros de referência para mulheres em situação de violência, tendo em vistas às poucas alternativas de abrigamento para essas mulheres, suprimindo, assim, uma demanda social insatisfeita pelo Estado. Nesse cenário surge as ocupações de mulheres, com o intuito de dar assistência às mulheres vítimas de violência, na maioria dos casos, violência doméstica, atuando como mecanismos de luta e resistência de movimentos sociais.

Desta forma, estes mecanismos de luta mediante ocupações de movimentos sociais, tomaram força no Brasil e, se tornaram, além de instrumentos de contestação ao Estado, uma alternativa de medida de enfrentamento à violência contra a mulher. Helene (2019, p.952) define que:

A inserção da luta feminista nos movimentos sociais tradicionais – anteriormente uma questão considerada não prioritária para a luta anticapitalista, ou mesmo chamada de uma questão “identitária” e “não estrutural” (da mesma forma que eram acusadas as lutas do movimento negro e/ou queer) – aponta para o crescimento de novas formas de engajamento, debate e atuação militante; demonstrando também como, recentemente, os movimentos sociais estão reconhecendo e encampando diferentes lutas, numa mesma perspectiva, e costurando embates contra as diversas opressões que se estruturam no espaço urbano. No caso específico dos movimentos de moradia, desvela questões importantes para perceber, para além da associação direta do gênero feminino ao espaço doméstico, os fatores que mobilizam as mulheres como as principais integrantes desses movimentos sociais.

Conforme a autora acima cita em sua pesquisa, “por meio dos relatos apresentados e da observação do cotidiano dessas ocupações, percebe-se como a qualidade de vida das mulheres mudou substancialmente ao não estarem mais isoladas nas tarefas domésticas nos subúrbios e na periferia” (HELENE, 2019, p.969). Esta percepção traz consigo a questão do distanciamento do Estado das periferias, e a presença da vulnerabilidade e dificuldade de acesso à cidade e à justiça.

Cegatti (2019) exprime que a desobediência civil praticada nestas ocupações de mulheres são uma espécie de “atuação dos governados com vistas a alcançar as mudanças sociais desejadas”. Desta forma, as casas de referência se configuram como produção de políticas públicas, na medida em que prestam um serviço essencial à vida das mulheres, recebendo vítimas encaminhadas até mesmo por instituições públicas.

A Casa de Referência Mulheres Mirabal foi a segunda ocupação de mulheres no Brasil, conforme Marinho e Caron (2022), a partir da organização das mulheres militantes do movimento Olga Benário, tendo em vista a necessidade de se criar um espaço seguro para atender vítimas de violência, tendo em vista o crescente número de casos no RS, e acrescentando o fato da extinção por parte do Governo Estadual da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. A casa Mirabal foi a segunda ocupação feminista da América Latina, e é um grande exemplo de trabalho desenvolvido para outros movimentos feministas Brasil à fora. A casa Mirabal pode ser percebida como um território de confrontação e resistência. Composta por práticas inspiradas na subsistência, autonomia e sociabilidade, fortalecendo-se como corpo coletivo em luta permanente contra a violência de gênero.

Segundo a definição de Blay (2003, p. 96):

Para enfrentar a cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada.

De acordo com Cegatti (2019), a Casa Mulheres Miraba trabalha como um serviço essencial e como uma estratégia para comprometer o poder público a encontrar uma alternativa para as mulheres em situação de violência. Nela as apoiadoras, militantes, coordenadoras buscam oferecer uma referência às mulheres, onde elas possam se informar, estudar e receber apoio.

3 CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL – UMA ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

3.1 A CASA MIRABAL

A ocupação Mirabal, desde o princípio, estabeleceu como prioridade o acolhimento e enfrentamento da violência contra a mulher. Esta casa é atualmente reconhecida como uma referência para mulheres em situações vulneráveis. Nela atuam militantes e profissionais que se engajam na luta pelo direito à não-violência de gênero e pelo direito humano de viver sem violência doméstica. Entre lutas e resistências, mulheres permanecem no espaço ocupado.

No dia 25 de novembro de 2016, madrugada de uma sexta-feira, um grupo de cerca de cem mulheres ocuparam o prédio onde antigamente funcionava o Lar Dom Bosco, dedicado a atender meninos em situação de vulnerabilidade social e que se encontrava desocupado há pelo menos 4 anos, o mesmo localiza-se na Rua Duque de Caxias, nº 380 no centro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

A casa vazia em uma das ruas mais importantes da cidade – conhecida pela localização da Assembleia Legislativa, do Palácio Piratini, da Catedral Metropolitana e da Praça da Matriz – amanheceu como a ocupação Mulheres Mirabal na data em que marca o Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres e, escolhida no intuito de lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa).

É importante ressaltar que a ocupação surgiu a partir de um engajamento de muitas mulheres feministas e atuantes no Movimento de Mulheres Olga Benário. A ocupação se deu a partir de uma articulação deste movimento, como forma de ação, pois o governo estadual daquele ano extinguiu a Secretaria de Políticas para Mulheres.

Diante de um desmonte de políticas públicas importantes para a vida das mulheres, principalmente, para as vulneráveis economicamente, o movimento tomou a iniciativa de ocupar um local e transformá-lo em um lugar de acolhida e assistência para mulheres que sofreram violência.

Conforme explica Cruz (2018): “Em 2016, as participantes passaram a planejar a ocupação de um espaço como forma de protesto às medidas, que vinham sendo tomadas, como a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres pelo Governo Estadual”.

A reportagem “Nasce em Porto Alegre a Ocupação Mulheres Mirabal”, foi escrita pela jornalista Thainá Gawlinski, integrante do Movimento de Mulheres Olga Benário, para o Jornal A Verdade:

[...] na noite do dia 24 para o dia 25 de novembro, o Movimento de Mulheres Olga Benário, ocupou um prédio abandonado (Antigo Lar Dom Bosco na Rua Duque de Caxias n° 380) em que anos atrás funcionou um orfanato em que eram acolhidas mais de 50 crianças que agora estão na rua, na cidade de Porto Alegre, como forma de resistir aos ataques que estão sendo feitos por uma sociedade inteira que ignora e acaba todos os dias com a vida das mulheres trabalhadoras do nosso país!

A reportagem abordou ainda, a situação de Porto Alegre no ano de 2016:

Hoje, a cidade de Porto Alegre possui apenas uma casa abrigo com 48 vagas e um Centro de Referência que não conseguem suprir a demanda da população para uma cidade com mais de 700 mil mulheres. A delegacia especializada da mulher não conta com um atendimento satisfatório, pois não tem profissionais preparados para amparar vítimas de violência doméstica; a Rede Lilás e as políticas públicas para as mulheres sofreram um processo de desmonte e sucateamento desde a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-RS), primeira medida do governo Sartori no RS, que precarizou ainda mais os serviços na área em todo o Estado. Em 2014, apenas 0,009% do Orçamento do Município foi investido na Secretaria Adjunta das Mulheres (cerca de R\$ 400 mil); as vagas ofertadas nas escolas de educação infantil são insuficientes, apenas 6,46% das 94.929 crianças de 0 a 5 anos conseguem uma vaga em creches públicas (JORNAL A VERDADE, 2016).

A reportagem acima ilustra a situação do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre na questão das políticas públicas destinadas para às mulheres e este foi um dos fatores que influenciou a articulação do movimento para a ocupação.

De acordo com a reportagem de Canofre do Jornal Eletrônico Sul21, logo no primeiro dia da ocupação (25 de novembro de 2016), a Brigada Militar, compareceu no prédio a fim de registrar o B.O. e nomes das ocupantes. O advogado que representa a Congregação dos Irmãos Salesianos – proprietários do prédio – também esteve no local para conversar com o movimento. Uma das coordenadoras da casa relata que: *“A princípio prometeram de que tentariam dialogar sem envolver Brigada Militar ou Judiciário”*.

O repórter em questão afirma ainda que uma reunião entre a congregação Salesiana e as mulheres da ocupação Mirabal deve ser para determinar o que poderia ser feito. Enquanto isto, a ideia da ocupação era colocar o prédio à disposição de mulheres que precisavam dele o quanto antes. Elas pretendiam colocar em funcionamento no local serviços de assistência jurídica gratuita, psicológica, espaço para dormir, tomar banho e alimentação. As ocupantes da Mirabal passaram os primeiros dias tratando da limpeza do local para garantir a abertura das portas em breve. Conforme o repórter, o espaço poderia receber cerca de sessenta mulheres imediatamente.

De acordo com a repórter Fernanda Canofre no dia da ocupação, a conversa com as mulheres aconteceu pelas janelas. Debruçadas no parapeito, elas explicaram que pelo menos

durante as primeiras 24 horas não podiam deixar ninguém entrar ou sair, para evitar qualquer tipo de reintegração forçada de posse (JORNAL SUL21, 2016).

Em dezembro de 2016, a ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos –, que é uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre criada em 1993, e com reconhecimento nacional veio a público posicionar-se em apoio à ocupação de Mulheres Mirabal, realizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário:

Sabemos da realidade que enfrentamos, qual seja de sucateamento das políticas públicas que visam a proteção dos direitos humanos das mulheres. Passamos, recentemente, pela extinção das Secretarias de Políticas para Mulheres da República e do estado. Vemos, dia a dia, o corte de recursos direcionados à proteção das mulheres e as suas consequências, as quais se traduzem no aumento dos casos de violência contra as mulheres, na falta de amparo para que as mulheres vítimas de violência possam fortalecer-se e romper seus relacionamentos abusivos, na precarização dos serviços de acolhimento, prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres. A luta das mulheres por sobrevivência deve ser encarada com seriedade pela sociedade e pelos Poderes Públicos. É inadmissível qualquer postura repressora ou intimidadora de mulheres que lutam pela vida de outras mulheres. Damos eco às reivindicações da Ocupação de Mulheres Mirabal e nos colocamos à disposição para contribuir com as demandas de acolhimento que venham a surgir. Nenhuma a menos, queremos todas vivas! (ONG. THEMIS, 2016).

A reportagem de Fernanda Canofre tratou sobre os primeiros quarenta e sete dias da ocupação Mulheres Mirabal:

Passada a primeira semana de ocupação, assim que garantiram o espaço na Rua Duque de Caxias, a Mirabal abriu as portas para acolher mulheres tanto como lugar para ficar, quanto como espaço para debates políticos. As ocupantes calculam que nestes 47 dias de Ocupação cerca de 300 mulheres tenham passado pelo espaço. Das mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, que vieram em busca de acolhimento ali, a maioria eram negras, com mais de 25 anos (JORNAL ELETRÔNICO21, 2017).

Em março de 2017, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul visitou a Casa de Referência Mirabal, onde a Defensora Pública foi recebida por duas coordenadoras da casa. A conversa em forma de roda, aconteceu na sala de acolhimento. Conforme texto da colunista Carvalho “*A proposta, segundo Priscila, é a mesma para as mulheres vítimas de violência e tem a finalidade de recebê-las de forma a ampará-las sem restrições, como uma mesa que pode dividir esse contato*”.

No que tange a necessidade da ocupação como Casa de Referência que acolhe e abriga mulheres, também foi dito no texto jornalístico: Ao abordarem sobre a necessidade da ocupação, também foi pontuada a insuficiência do Estado como garantidor do direito à moradia, conforme afirmou a Defensora Pública:

Esta é uma ocupação muito peculiar e simbólica. Para além da discussão do déficit habitacional do Estado, que é gravíssimo, trata-se da acolhida de mulheres vítimas de violência doméstica, que estão desabrigadas. E esta é uma política pública

insuficiente e ineficiente no Município do Porto Alegre, que possui apenas uma Casa Abrigo com capacidade para apenas onze mulheres.

A Defensora ainda sugere acordo com os proprietários do local ou uma possível cedência de um novo espaço por parte da Prefeitura para abrigar e desenvolver o trabalho das mulheres. “*Por mais que o prédio seja privado, o serviço é público*”, afirmou Natalia. No momento, uma liminar de reintegração de posse está suspensa (CARVALHO, 2017).

Em outra reportagem, realizada por Glock do Jornal Extra Classe, em março de 2017, é possível observar o reconhecimento da Casa Mirabal como um local que faz a diferença na vida das mulheres, proporciona a oportunidade de construção de cidadania, de autonomia e de coletividade.

Vestindo a camiseta da “Ocupação”, abre um sorriso tímido ao falar do quanto sua vida deu uma guinada ao aceitar o convite para apoiar a causa: “*Aqui conheci pessoas e lugares por onde não pensei que ia passar. Saber que posso fazer a diferença na vida de alguém me fez crescer*”. Voltou a estudar e quer fazer faculdade para se tornar Assistente Social ou Educadora Social.

O casarão está como o encontraram, garante Claudia, fazendo um rápido *tour* pelo lugar. As salas amplas, os móveis, os ventiladores, cadeiras, tudo está preservado. O número de ocupantes não é revelado por segurança, avisa. Na rotina, há regras: não usar drogas – incluindo álcool –, dividir tarefas, obedecer aos horários de entrada e saída (entre 7h e 23h30min). “*Somos uma família Mirabal*”, resume Claudia.

Uma vez por semana as mulheres realizam uma assembleia geral para discutir o que é preciso, e há rodas de conversa sobre temas específicos, como saúde e assistência jurídica, uma equipe multidisciplinar dá apoio psicológico, médico e jurídico. Conforme a acolhida: “*Muitas chegam aqui no limite, demoram a se recuperar*”. Outras conseguem voltar a estudar, diz a socorrista que dá apoio na equipe: “*Também fiquei nesta situação: sem trabalho, sem ter onde morar, sei o que é ser agredida. Aqui me sinto feliz de poder ajudar*”, (JORNAL EXTRA CLASSE, 2017).

De acordo com Gomes (2017) em junho de 2017, aconteceu em Porto Alegre a reintegração de posse de outra ocupação importante para muitas pessoas que necessitavam daquele espaço para sobreviver com dignidade, a ocupação Lanceiros Negros, símbolo da luta por moradia em Porto Alegre, localizada no centro da cidade, na Rua General Câmara, 352, esquina com a Rua Andrade Neves, sendo a primeira ocupação do MLB (Movimentos de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas) na cidade, em um prédio abandonado. A ocupação Mirabal, no

dia 14 de junho de 2017, dia do despejo das famílias da ocupação Lanceiros Negros, abrigou mulheres e crianças, na madrugada mais fria registrada naquele ano.

Em junho de 2017, a repórter Miller publicou uma reportagem no Gaúcha ZH, onde ressalta o apoio recebido pelo Ministério Público à Casa Mirabal, bem como, todo o reconhecimento de órgãos institucionais ao trabalho da ocupação:

Sem receber dinheiro público, a organização é reconhecida por órgãos que combatem a violência contra a mulher por realizar um trabalho sério junto a vítimas. A delegada Tatiana Bastos, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Porto Alegre, costuma enviar para a Ocupação Mirabal casos que entram em lacunas da rede de proteção da Capital, quando há a impossibilidade de atender mulheres de outros municípios ou não há vagas nos abrigos públicos. Se coordenadoras da Mirabal levam vítimas para registrar ocorrências na delegacia, recebem a mesma prioridade de encaminhamentos feitos pela assistência social oficial do município ou do Estado. Para ela, a decisão de encaminhar mulheres para um espaço não reconhecido legalmente pelo Estado é uma "escolha de Sofia": – Mesmo com a questão legal, eu sempre vou priorizar a defesa da mulher, porque nesses casos ela precisa de acolhimento e o trabalho que a ocupação faz é maravilhoso. Quando a rede não suporta a demanda ou há mulheres de outros municípios, nós encaminhamos, sim, para a Mirabal (ZH, 2017).

Assim é importante destacar como os serviços institucionais como a Delegacia da Mulher reconhecem o papel realizado pela Mirabal no enfrentamento à violência contra à mulher. Desde a ocupação, este reconhecimento tem reforçado o papel fundamental e social realizado na cidade de Porto Alegre e na vida das mulheres gaúchas.

Bampi e Vidal (2017) descrevem a casa, suas oficinas e trazem um breve retrato de como é a ocupação. O texto traz histórias e afirma a relevância desta ocupação enquanto alternativa de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como o ambiente da Casa Mirabal, como observa-se a seguir:

As paredes decoradas com as cores, firmes traços e frases de resistência são a prova de que a Ocupação é um espaço de recomeço, onde sonhos e afeto não são mais oprimidos pela violência. A construção de arquitetura eclética, antiga e ornamentada ganhou, graças às suas novas moradoras, um espaço para a cozinha e refeitório coletivos, sala de acolhimento para atender às mulheres vítimas de violência de gênero, dormitórios que dão privacidade às moradoras, oficinas culturais realizadas semanalmente e, acima de tudo, crianças felizes e muitos, mas muitos desenhos coloridos e cheios de vida nas paredes (BAMBI; VIDAL, 2017).

Ao entrevistarem uma acolhida da casa, Bampi e Vidal (2017), constataram que os casos de “violência física são as ocorrências dominantes. Muitas vezes combinados de inúmeros outros tipos de violência, como a psicológica – ou até mesmo a econômica”.

Em julho de 2017, a Justiça determinou a reintegração de posse da Casa de Referência Mulheres Mirabal, decisão advinda da 7ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre. Em

setembro do mesmo ano, aconteceu uma reunião na câmara de vereadores, noticiado por Correa:

A reunião aconteceu no dia 21 de setembro na Câmara de Vereadores, e acordou que um grupo técnico estabeleceria a negociação. Deste grupo fazem parte a Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, Procuradoria Geral do Estado, Departamento de Políticas para Mulheres da Secretária Estadual do Desenvolvimento Social, Comando de Policiamento da Capital, Procuradores da Inspeção Salesiana Pio X e representantes do Movimento Olga Benário, frente a situação em que se encontram mulheres e crianças que hoje vivem no local, foi acordado por adiar até maio de 2018 a ação de desocupação (CAMARA DE VEREADORES, 2017).

Nesta reunião ficou acordado que até maio de 2018 a ocupação Mirabal poderia usar o prédio da Inspeção Salesiana PIO X, o que viabilizaria mais tempo para que o movimento encontrasse soluções para a continuidade do trabalho, reconhecido como essencial perante a Defensoria Pública, Ministério Público, Postos de Saúde e a sociedade em geral.

Em junho de 2018, com o prazo do acordo com a Inspeção dos Salesianos PIO X encerrado e sem perspectivas de negociação, a justiça determinou, a pedido dos procuradores dos Salesianos, a reintegração de posse visando desocupar a casa, até mesmo sob violência policial.

O site da Gaúcha ZH, veículo de imprensa importante no Rio Grande do Sul, publicou uma reportagem imparcial sobre o término do prazo do acordo, bem como, sobre o pedido de reintegração, conforme descrito pela repórter Vargas:

Ponto de referência e um dos únicos refúgios para mulheres vítimas de violência em Porto Alegre, a Ocupação Mulheres Mirabal, no Centro Histórico, corre o risco de ser despejada. Dona do imóvel ocupado em 2016, a Inspeção Salesiana Pio X pediu à Justiça, em 11º de junho, o cumprimento da reintegração de posse do local. Formado há mais de seis meses por integrantes do governo do Estado, da prefeitura de Porto Alegre e por coordenadora da ocupação, um grupo de trabalho para buscar alternativas ainda não conseguiu uma solução para realocar a Mirabal, que atualmente tem oito mulheres e 110 crianças abrigadas (ZH, 2018).

A reportagem do Gaúcha ZH também menciona o reconhecimento da Mirabal perante as instituições:

A Mirabal já teve sua importância reconhecida por órgãos como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Arquidiocese de Porto Alegre e a prefeitura municipal. A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Porto Alegre costuma enviar para lá casos que entram em lacunas da rede de proteção da Capital, quando há a impossibilidade de atender mulheres de outros municípios ou não há vagas nos abrigos públicos. Apesar disso, as negociações para garantir sua continuidade estão emperradas (ZH, 2018).

Ainda, conforme o repórter Vargas, explica que a única alternativa concreta de um novo local, seria o prédio da Escola Benjamin Constant:

[...] Há aproximadamente dois meses, a coordenação da ocupação apresentou uma lista de 12 imóveis públicos atualmente desocupados que teriam condições de receber os trabalhos, mas as sugestões foram rejeitadas pela prefeitura e pelo Estado. Somente semanas atrás surgiu a primeira alternativa concreta: o prédio da Escola Benjamin Constant, na zona norte da Capital, foi oferecido pelo governo do RS à prefeitura — que deverá cedê-lo às mulheres (ZH, 2018).

Segundo a reportagem de Vargas, “o Estado tem de ceder o imóvel à prefeitura, e o município precisa realizar um convênio por meio de edital para que ele seja utilizado pela Mirabal, que passaria a integrar a rede de proteção à mulher da prefeitura” (ZH, 2018).

Alguns dias depois, o jornal ZH publicou nova reportagem, tratando da possibilidade de ceder o prédio onde funcionava a Escola Benjamin Constant, conforme noticiado por Webber:

O governo do Rio Grande do Sul vai repassar ao município um prédio na zona norte de Porto Alegre que poderá ser utilizado pela Ocupação Mulheres Mirabal. O acordo foi feito com representantes do movimento nesta segunda-feira (25) na sede da Secretaria Estadual da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (Smarh). O Departamento de Patrimônio do Estado já iniciou o processo para transferir o prédio da Escola Benjamin Constant, no bairro São João, mas não foi divulgado prazo para isso. Criada em 2016, a Mirabal acolhe e oferece assistência psicológica e jurídica, além de realizar oficinas e debates com mulheres que sofreram agressões ou ameaças. Pelo menos 70 pessoas já estiveram abrigadas e mais de 200 acessaram os serviços oferecidos no local, que conta com a ajuda de dezenas de voluntários para se manter. O serviço atende a uma demanda crescente: somente em 2017, os processos judiciais de feminicídios aumentaram 36% no Rio Grande do Sul, e os casos de mulheres assassinadas por questão de gênero saltaram de 142 para 194. (ZH, 2018).

Em julho de 2018, de acordo com a repórter Vargas, a justiça determinou a reintegração de posse e não houve novidade no sentido de realocar a Casa de Referência Mirabal. A ocupação nesta época contava com oito mulheres e dez crianças.

“A gente vai resistir!” É o título da reportagem da Gaúcha ZH que traz a informação da casa que as atividades da Mirabal continuam:

Para quem cruza o pesado portão branco que dá acesso ao casarão onde funciona a ocupação Mulheres Mirabal, na Rua Duque de Caxias, Centro Histórico da Capital, nada mudou: mulheres continuam sendo recebidas — algumas delas encaminhadas pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher —, voluntários seguem circulando e levando doações; volta e meia uma criança surge correndo em algum cômodo da casa (ZH, 2018).

Ainda em julho de 2018, aconteceu uma nova reunião, que desapontou e deixou as coordenadoras da casa Mirabal indignadas, tendo em vista a dificuldade no cumprimento do acordo por um novo local para as atividades por parte do município de Porto Alegre, segundo reportagem de Webber:

Esperando o oficial de Justiça entregar o mandado de reintegração de posse a qualquer momento, coordenadoras da Mirabal estiveram na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Porto Alegre nesta quinta-feira (19) para cobrar uma resposta sobre o imóvel que foi destinado pelo governo do Estado para as mulheres vítimas de violência que residem na ocupação. O grupo ouviu da secretária Denise Russo que a liberação do prédio, localizado na Zona Norte, pode demorar meses, e que não é garantido que ele será destinado à Mirabal: outras instituições poderão pleitear o uso por meio de um edital público (ZH, 2018).

Na mesma reportagem de Webber, constatou-se a preocupação das coordenadoras da casa com uma possível reintegração de posse na casa da rua Duque de Caxias, lembrando que o tema foi conversado e debatido, e que as coordenadoras até mesmo visitaram o novo endereço para saber das condições. Tudo isto foi feito para evitar uma reintegração de posse, pois o histórico recente da ocupação Lanceiros Negros, já citada, demonstrou a truculência policial e os traumas causados. Evitar mais conflitos era o mínimo em uma ocupação que atendia estas mulheres vítimas de violência (ZH, 2018).

Na iminência de uma reintegração de posse violenta, o movimento de mulheres Olga Benário do RS decidiu articular uma nova ocupação, mas desta vez, no imóvel prometido para o trabalho da Mirabal pelo próprio município.

A reportagem de Martins no dia 7 de setembro de 2018, trazia o seguinte título: “Integrantes da Mirabal ocupam escola em negociação para atender vítimas de violência doméstica”:

Integrantes da Ocupação Mulheres Mirabal ocuparam, na madrugada desta sexta-feira (7), o local onde funcionava a antiga Escola Benjamin Constant, no bairro São João, em Porto Alegre. O prédio foi cedido pelo Estado ao município, e seria destinado ao grupo que atende vítimas de violência doméstica. A prefeitura argumenta que o Executivo não prometeu o espaço ao movimento e que uma escola para atendimento infantil irá funcionar no espaço (ZH, 2018).

Conforme o Movimento de Mulheres Olga Benário, um texto publicado no Jornal A Verdade no dia de setembro de 2018, a decisão de ocupar foi tomada por conta da necessidade de dar seguimento à luta pela vida das mulheres em Porto Alegre/RS. De acordo com o repórter Martins após uma reunião com as autoridades do município de Porto Alegre no dia 3 de setembro, onde o representante da prefeitura informou que não destinaria o local para o movimento. O intuito foi dar viabilidade e continuidade ao serviço fundamental prestado, sem que houvesse o risco de uma reintegração de posse violenta, ocupando um local prometido pelo poder público ao movimento.

Nos primeiros dias da nova ocupação, a luz foi cortada e o movimento se articulou para ampliar a rede com a comunidade local daquela região da cidade de Porto Alegre. Conseguir alimentos, doações e o respeito do entorno fora um dos primeiros objetivos da ocupação em sua

nova casa. No dia 13 de setembro, a Procuradoria do Município já tinha encaminhado o pedido de reintegração de posse ao Poder Judiciário, ainda conforme o repórter Fonseca, na mesma reportagem, o poder municipal alega que pode fazer este serviço e acolher estas mulheres, em contrapartida, o movimento reafirma a incapacidade das políticas públicas em atender o assunto contestando a capacidade da rede pública de prestar os serviços, conforme argumenta uma das coordenadoras:

Tem casos que a rede não abriga. A Viva Maria atende mulheres com risco iminente de morte e medida protetiva. Mas se quiserem apenas sair de casa para sair de um ciclo de violência, elas não têm para onde ir. É esse tipo de abrigo que a gente proporciona.

No dia 14 de setembro de 2018, aconteceu uma reunião registrada na reportagem do GZH, que noticiou: “Vereadoras tentarão legalizar uso da escola pela Mirabal”.

Com a ancoragem na nova casa, o movimento transferiu suas acolhidas para a nova ocupação. Realizaram um mutirão de limpeza e o imóvel da Rua Duque de Caxias, o casarão azul, foi entregue:

O Movimento de Mulheres Olga Benário entregou, na manhã desta quinta-feira (27), o imóvel ocupado há dois anos pela Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal, na Rua Duque de Caxias, no centro de Porto Alegre. A reintegração de posse ocorreu com a presença da Guarda Municipal e da Brigada Militar. Desde o feriado de 7 de setembro, o grupo passou a atender mulheres vítimas de violência na Escola Benjamin Constant, na Zona Norte (GZH, 2018)

Apesar de todos os desafios, a Mirabal se estabeleceu no prédio da escola e continuou a realizar os acolhimentos e abrigamentos, contando com o trabalho das apoiadoras e coordenadoras, atendendo todos os dias mulheres que sofreram violência, ou que se encontram em estado de vulnerabilidade.

Em 2019, sobreveio a decisão de improcedência da ação de reintegração de posse, conforme noticiado no GZH:

Uma decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre colocou fim ao impasse envolvendo o Movimento de Mulheres Olga Benário, que coordena a Casa de Referência da Mulher Mirabal, e a prefeitura de Porto Alegre. O juiz Murilo Magalhães Castro Filho julgou improcedente o pedido de reintegração de posse do prédio em que funcionava a antiga Escola Benjamin Constant, no bairro São João. “O que se espera, no mínimo, é que antes da decisão de retomar o imóvel o Município promova tratativas diretas com os representantes da entidade ré, no objetivo de buscar

uma solução definitiva e um local onde a atividade pública e social possa ser realizada”, disse o magistrado em decisão proferida na semana passada. O espaço, que compreende dois prédios escolares, vem sendo usado pela Ocupação desde setembro do ano passado. No local são oferecidos acompanhamento psicológico, serviços jurídicos e abrigo para até 12 mulheres (GZH, 2019).

A decisão de improcedência da ação de reintegração de posse foi uma grande conquista para a Casa Mirabal, tendo em vista o reconhecimento do Poder Judiciário a este trabalho tão essencial para a vida das mulheres da cidade de Porto Alegre.

Ainda assim, o apoio da prefeitura ainda restava prejudicado. O que podia se observar era que tanto questões burocráticas quanto ideológicas permeavam o conflito.

No mesmo ano, a Casa de Referência Mirabal recebeu, junto com as suas apoiadoras e apoiadores, a visita de Amelinha Teles, Criméia de Almeida e Suzana Lisboa, conforme registrado no Jornal A Verdade:

PORTO ALEGRE – Na noite de terça-feira (22), aconteceu na Casa de Referência Mulheres Mirabal, em Porto Alegre, o bate-papo “De 1964 à 2019 lutando contra o Fascismo” com a ilustre presença de Amelinha Teles, Criméia de Almeida e Suzana Lisboa, incansáveis lutadoras por memória, verdade e justiça no Brasil. Na oportunidade, elas falaram sobre a importância da união e da organização coletiva para resistirmos em tempos de repressão e ainda, ressaltaram a importância de espaços como a Casa de Referência Mulheres Mirabal nos tempos atuais, uma casa que proporciona o debate e a emancipação das mulheres. Amelinha, Criméia e Suzana também dividiram suas experiências sobre combate ao machismo, a luta pela democracia, e comentaram sobre a violação dos direitos humanos no período do regime militar, algo que persiste. Apontaram também a impunidade dos militares no Brasil, responsáveis por sequestros, torturas, estupros e assassinatos. Foi uma noite emocionante para as militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário e todos os presentes que puderam ouvir de perto a história viva da luta feminina e a resistência contra o fascismo no nosso país (JORNAL A VERDADE, 2019).

A presença destas mulheres que lutaram na ditadura militar, em um uma conversa sobre “a luta contra o fascismo hoje”, reforçou a potência das vozes que atravessava e permeava a Casa de Referência Mirabal e ressaltaram o compromisso da casa com a luta pela vida das mulheres.

Em março de 2020, aconteceu em Porto Alegre um show, onde a cantora Elza Soares se apresentou. Neste show, estavam algumas coordenadoras e apoiadoras da Casa Mirabal, integrantes do Movimento Olga Benário. Após a apresentação artística, elas encontraram Elza Soares e apresentaram-lhe o trabalho realizado pela Casa de Referência Mulheres Mirabal. De pronto, a cantora apoiou o movimento, sendo esta, um símbolo de luta no enfrentamento à violência contra a mulher e uma inspiração para todas as pessoas engajadas nesta luta. O registro deste apoio se concretizou em uma foto postada nas redes sociais da Casa Mirabal, onde Elza Soares segura um cartaz onde está escrito: “#ResisteMirabal é pela vida das mulheres”.

Alguns meses se passaram com calma, com a Casa de Referência trabalhando e atendendo mulheres todos os dias, cumprindo o papel de prestadora de serviço essencial para a vida das mulheres, com o serviço sendo realizado por outras mulheres, voluntárias, militantes. No entanto, a tranquilidade durou muito pouco, ainda que se trate de um movimento social que cumpre uma função essencial de construção de cidadania.

No dia 01 de setembro de 2021, o serviço de energia elétrica foi cortado na ocupação Mirabal. O motivo foi a inadimplência por parte do município ao órgão concedente.

A jornalista Fernandez em reportagem ao Jornal Correio do Povo, intitulado: “Casa de acolhimento de mulheres Mirabal, em Porto Alegre, tem luz cortada” a coordenação da casa se manifestou no sentido de querer resolver a situação com o grupo CEEE e o município expressou compreender a ocupação como uma invasão irregular, sem reconhecer o papel social exercido. A coordenadora manifestou a seguinte opinião à reportagem:

“Vamos correr atrás de uma solução, mas por enquanto estamos com gerador. O que não dá mais é pra ficar nesta situação: não cederem o prédio, não pagarem a luz, mas também não cederem outro lugar”, disse Nana à reportagem do Correio do Povo. Atualmente, são quatro mulheres, incluindo uma idosa, e seis crianças em acolhimento em um imóvel – que pertence ao Executivo. “A coordenação da Mirabal já entrou em contato com a CEEE para entender o motivo do corte e em caso de contas a serem pagas, se coloca à disposição para fazer o pagamento, desde que a titularidade do imóvel passe para o Movimento de Mulheres Olga Benario, que é responsável pela instituição”, publicou o coletivo nas redes sociais (CORREIO DO POVO, 2021).

Em outubro de 2021, GZH noticiou como o movimento fazia para seguir prestando atendimento e resistindo, mesmo com o corte de energia elétrica, conforme reportagem do jornalista Alberi Neto:

As geladeiras estão vazias, substituídas provisoriamente por coolers. Nos quatro quartos, velas fazem as vezes de lâmpada. Um fio corre pelo fundo do terreno onde fica a ocupação Mirabal e entra numa das janelas do prédio de dois pavimentos. É por ele que vem a única energia elétrica que abastece o local há quase dois meses, fruto da boa ação de uma vizinha da ocupação. A extensão é utilizada para manter a TV ligada, quebrando o silêncio do escuro (GZH, 2021).

Continua a reportagem informando que a solidariedade de uma vizinha que auxilia a ocupação ao emprestar uma extensão para possibilitar o bem-estar na casa, demonstra a formação de uma rede de fraternidade que se criou em torno da Casa Mirabal, que mesmo sem luz, continuou a receber mulheres que lá chegavam, por motivos de violência ou vulnerabilidade, como é o próximo caso relatado. Entre as histórias abrigadas na Mirabal, a uma delas é a Ana, com 22 anos, se casou aos 15 anos e tem três filhos hoje, de 5, 4 e 2 anos. Vítima de violência doméstica por anos, Ana deixou o lar onde vivia em fevereiro deste ano.

Tentou morar com a irmã, que já abrigava uma terceira irmã e outras cinco crianças. Relatou que uma amiga também vítima de violência me contou da Casa Mirabal:

Há um mês, vim para cá com meus filhos, quando a luz já estava cortada. Ainda assim é um ótimo lugar, principalmente para as crianças. Podem dormir sem medo e ver meus filhos brincando aqui no pátio é uma sensação que eu nunca tinha tido (GZH, 2021).

Em dezembro de 2021, o Ministério Público recomendou que a Casa Mirabal interrompesse o atendimento de mulheres vítimas de violência no RS, a notícia repercutiu em rede nacional e uma reportagem foi publicada no G1. De acordo com o parecer do promotor Marcelo Ries, da Promotoria de Justiça Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a Casa Mirabal é “*inadequada para receber famílias na modalidade de acolhimento institucional*” e “*não preenche os requisitos necessários para funcionamento na condição de casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar*” (G1/RS, 2021).

Destaca-se ainda desta reportagem a manifestação da opinião de uma das coordenadoras, bem como, os requisitos que ensejaram a recomendação negativa do Ministério Público. Uma das coordenadoras da Casa Mirabal, diz que foi surpreendida pelo despacho do MP-RS. Segundo ela:

Reuniões recentes com representantes do município indicavam avanço na regularização do espaço, que abrigava uma escola estadual e é ocupado pelo coletivo desde 2018. Apesar de sermos um espaço de ocupação urbana que está lutando por sua regularização, somos um dos poucos lugares, na verdade o único, que trabalha não só com a ideia de proporcionar um ambiente seguro, mas de pensar a reinserção social e a emancipação financeira.

Argumenta: As irregularidades apontadas pelo despacho incluem ausência de equipes técnica, de higienização e de acompanhamento psicológico, jurídico e social, além de falta de alvarás de licença e funcionamento, sanitário e PPCI do Corpo de Bombeiros (G1, 2021).

Conforme a reportagem do jornalista Melloni:

Para tentar convencer o MP, o Movimento de Mulheres Olga Benário, responsável pela casa, terá nesta quinta-feira uma reunião com a Promotoria de Justiça Especializada de Combate à Violência contra a Mulher de Porto Alegre. O encontro terá a participação, entre outros, do promotor Marcelo Ries. Nana aponta: Devemos discutir essa criminalização da Mirabal, que essas recomendações sejam extintas, que ele (Ries) aprecie e conheça nosso projeto. Que ajude nesse processo de legalização, mas entendendo que a gente quer ter autonomia para fazer o serviço que a gente faz e que funciona muito mais do que o que a gente tem como normativo (YAHOO, 2022).

Segundo o texto publicado por Sanches:

Desde 2017, a Mirabal conquistou depois de muita luta um espaço de negociação entre entes públicos e o movimento social, tendo como resultado o encaminhamento da Mirabal para onde antes era a Escola Benjamin Constant, além do reconhecimento da importância do nosso trabalho. Contudo, a criminalização de nosso movimento e de nossa luta aumentou, junto com o avanço do fascismo em nosso País. No final de 2021, recebemos com surpresa um despacho do Ministério Público, especificamente do promotor Marcelo Ries, o qual recomendou aos serviços públicos de Porto Alegre que deixassem de encaminhar mulheres para Casa (JORNAL A VERDADE, 2022).

Sobre a importância do trabalho, a reportagem também informa: A Casa Mirabal é um dos possíveis destinos para mulheres violentadas no Rio Grande do Sul em um momento no qual o estado vive uma disparada no número de feminicídios. Em 2021, foi registrado um aumento de 21,2% destes crimes na grande Porto Alegre em relação ao ano anterior, enquanto os homicídios, por exemplo, caíram 40,5%. Ela considera o projeto uma “ferramenta importante na interrupção do ciclo” dos feminicídios. Entre suas singularidades em relação a outras casas do mesmo tipo na região, está o programa de geração de renda às vítimas, por meio de sublimação de tecidos, venda de objetos estampados, como canecas, chinelos, copos entre outros, além de corte e costura, comenta: *“A gente tem várias opções para as mulheres produzirem, começarem a ter sua ‘graninha’ para pagar aluguel, estruturar”*. *“Acho que o MP olhou e viu que o que estávamos fazendo era sério, ultrapassando o papel do estado”* (YAHOO, 2022).

Para o Jornal A Verdade, que constitui um instrumento importante de informação aos apoiadores da Casa Mirabal, uma das coordenadoras descreve a situação enfrentada pela casa:

Seria importante que cada promotor de justiça, juiz, prefeito, governador vivenciasse 24h da rotina que as militantes das casas do Movimento de Mulheres Olga Benario passam. Dedicamos nossa vida, abrindo mão de tempo com família, amigos, colocando nossos corpos à frente do combate à violência contra a mulher. Nesta última quinta-feira (20/01/2022) enfrentamos mais um ataque, desta vez através do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que tem imposto medidas arbitrárias e burocráticas que visam acabar com nosso serviço e submetem as mulheres a uma violência institucional. Não podemos achar que isso é natural. Mesmo que a Mirabal forneça serviço de assistência social, jurídico e psicológico, não somos respeitadas e tratadas como um serviço essencial para o combate à violência. Há uma escassez de vagas para abrigar mulheres vítimas de violência e a resposta que o poder público dá é que as mulheres sigam em ambientes domésticos violentos, ou na rua. Não temos dúvida da importância do nosso serviço. Vivemos a demanda e a violência de gênero diariamente. E por isso, nós vamos seguir. São mais de 5 anos de muita luta e cada dia que mantemos a Mirabal é mais um dia de resistência da luta das mulheres pela vida (JORNAL A VERDADE, 2022).

No início de 2022, a Casa de Referência Mulheres Mirabal conquistou o alvará de funcionamento, conforme relato da coordenadora da Casa de Referência Mulheres Mirabal e

também membro da Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário e coordenadora da Casa de Referência Mulheres Mirabal:

Precisamos pontuar que nos últimos anos, os ataques à nossa Casa aumentaram, assim como a demanda de atendimento, fruto da falta de verba para políticas públicas voltadas para a segurança e saúde das mulheres no governo fascista de Bolsonaro e seus lacaios que ocupam cargos e foram eleitos para governos estaduais e municipais no país. As tentativas de acabar com nosso serviço surgiram por parte da Prefeitura de Porto Alegre, chefiada pelo bolsonarista Sebastião Melo (MDB), que mantém um processo criminoso de reintegração de posse contra nós; surgiu também do grupo Equatorial CEEE que cortou nossa luz ainda em 2021 na tentativa de forçar abrigadas e crianças a irem para as ruas ou voltarem para ambientes domésticos violentos; veio por parte do Ministério Público do Rio Grande do Sul que emitiu recomendação para que nenhuma mulher fosse encaminhada para cá, numa decisão que demonstra o total desconhecimento da situação atual da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Impossibilitados de acabar com nosso serviço através dos meios institucionais, até a pior parte da milícia tentou nos intimidar. Hoje, porém, após um longo esforço de uma equipe abnegada, tivemos uma grande conquista. Temos nosso alvará de funcionamento, documento tão exigido por diversos órgãos e que demonstra que nosso trabalho é sério e eficaz, salvando a vida de mulheres. Desde 2016 sofremos uma violência institucional imensa, mas hoje demos um grande passo em direção à nossa regularização. Obrigada a todas e todos que tem nos apoiado até aqui. Essa luta é nossa! (JORNAL A VERDADE, 2022).

Para tanto, foi realizado um trabalho em conjunto, a fim de alcançar-se a almejada regularização da Casa de Referência Mirabal. Ainda em pandemia, com a maioria das apoiadoras vacinadas com a segunda dose, formou-se um grupo para a elaboração de documentos, relatórios, planos de ação, e muitos outros papéis necessários para atender os requisitos exigidos.

Na contramão de outros crimes, os feminicídios cresceram no Rio Grande do Sul em 2021. O aumento foi de 23% entre janeiro e novembro na comparação com o mesmo período de 2020. Segundo o CPERS: “O Brasil é o quinto país com a maior taxa de feminicídios, ocupando esse perverso destaque no cenário mundial e convivendo diariamente com elevadas estatísticas de violências cotidianas praticadas contra as mulheres” (CPERS (2022).

Em fevereiro de 2022, a jornalista Tajés publicou um texto onde refletiu sobre o feminicídio:

Femicídio, como se sabe, são os assassinatos de mulheres motivados por gênero. E, a se julgar pela quantidade desses crimes que o jornal nos traz nesse começo de 2022, nada indica que os números vão melhorar. Matou porque ela quis terminar o relacionamento. Matou porque ela começou outro relacionamento. Matou em uma briga por ciúme. Matou porque ela contou para a mãe que apanhava. Matou a mãe dela junto. Matou porque bateu nela desde sempre e, dessa vez, exagerou. O outro lado desse drama acontece quando a mulher quer romper com a situação de violência e não sabe a quem recorrer, seja por não ter família ou morar longe dela, seja por não ter para onde ir (GZH, 2022).

Para onde vão as mulheres que sofrem violência? Esta pergunta estampou folhas e cartazes colados em paredes e postes pela cidade de Porto Alegre, e “Resiste, Mirabal” em letras miúdas. Assim também, a jornalista contribui com a reflexão, e continua:

Há pouco, um promotor classificou o local como “inadequado para receber famílias na modalidade de acolhimento institucional”, além de “não preencher os requisitos necessários para funcionamento na condição de casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar”. Argumentos, vamos combinar, que em nada importam para quem encontrou dignidade e segurança na Mirabal. Resumindo: um abrigo para vítimas da violência doméstica em que as mães não são separadas de seus filhos e que, como casa de passagem que é, trabalha pelo encaminhamento de mulheres que não tinham horizonte algum, corre o risco de um novo despejo. De mais uma violência (GZH, 2022).

Este conjunto de reportagens e manifestações públicas reconhecem que a Mirabal vem sendo resistência e exemplo de prestação de serviço social fundamental para muitas mulheres. A luta é contínua e o vasto material jornalístico coletado nesta pesquisa afirma a sua relevância e importância enquanto movimento social que atua no sentido de demandar políticas públicas de proteção à vida das mulheres.

A casa Mirabal se mantém com a solidariedade das pessoas e da comunidade ao redor. Assim como, através de projetos e eventos que a casa promove. A imaginação e a criatividade são fatores importantes para o sustento da casa. Muitas vezes, as próprias acolhidas se engajam e criam ideias e mundos possíveis para a realização de atividades como, por exemplo, o brechó.

Ele existe por conta da doação de roupas pela comunidade, apoiadores e simpatizantes da casa. Roupas, muitas roupas são doadas para a casa de referência toda a semana. As mulheres acolhidas escolhem algumas peças, para si e para seus filhos e ainda sobram muitas roupas, que após um “garimpo” e uma análise sobre seu estado, são organizadas e destinadas ao brechó. Todos os anos a Mirabal realiza festivais através dos quais consegue arrecadar dinheiro para se manter. A comemoração de 3 anos da ocupação foi assim divulgada pela ONG Themis:

No dia 24 de novembro ocorre o Festival da Mirabal, pela vida das mulheres de nossa cidade, acolhidas e abrigadas na Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal! A casa comemora 3 anos de história em Porto Alegre. A Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal nasceu em 25 de novembro de 2016, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, na Rua Duque de Caxias, 380, no Centro Histórico. A ação direta serviu para denunciar as poucas ações que existem no município de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul para mulheres em situação de violência, com o desmonte da rede de enfrentamento e precarização de serviços. Os ingressos serão R\$10,00 (12,50 na compra online) e revertidos para a manutenção da Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal que garante serviços de saúde, acompanhamento jurídico, alimentação e transporte para mulheres vítimas de violência e seus filhos. Além de bandas e artistas, chopps, drinks, cervejinhas e bancas de artesanatos, terá o Buteco da Mirabal, com quitutes feitos pelas abrigadas da Casa, uma forma de geração de renda e fortalecimento dessas mulheres (ONG THEMIS, 2019).

Da mesma forma, o Jornal Brasil de Fato:

A Casa de Referência Mulheres Mirabal está comemorando cinco anos de atuação no combate à violência contra as mulheres, em Porto Alegre. Para marcar a data, será realizado o Festival Mirabal, neste sábado (27), a partir das 16h, na Travessa dos Venezianos, no bairro Cidade Baixa. O Festival vai apresentar atrações artísticas, feira de produtos locais e espaço para crianças. A organização pede a utilização de máscara durante a permanência. Será fornecido álcool gel no local. Já foram confirmadas as atrações do bloco Não Mexe Comigo, a cantora Juçara Gaspar, além de Slam das Minas, Samba Delas, Cumbia na Rua, Rima das Minas e apresentações de candombe. O Festival Mirabal tem o objetivo de dar visibilidade para a causa e arrecadar contribuições financeiras para que a Casa Mirabal continue com o seu trabalho. Funciona em um imóvel ocupado pelo Movimento de Olga Benário, como uma casa de referência e acolhimento às mulheres em situações de risco e violência. A Casa funciona já há cinco anos promovendo o acolhimento e o abrigo, além de atuar no fomento de geração de trabalho e renda para que as mulheres atendidas tenham autonomia financeira e possam reconstruir suas vidas (BRASIL DE FATO, 2022).

3.2 A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NA CASA

Ao visitar a Casa Mirabal é fácil perceber a presença de crianças. Elas estão na maioria das anotações etnográficas desta pesquisadora. Crianças acordando e pedindo mamadeira para a mãe, chorando, brincando, convidando para brincar, e principalmente, correndo no pátio, umas com as outras.

As mulheres mães chegam na casa, na maioria das vezes, procurando acolhida, um refúgio seguro para passar um tempo e colocar tudo no lugar. Elas acessam por motivos de violência e/ou vulnerabilidade e a proposta da ocupação é que ali encontrem uma oportunidade de construção de cidadania.

Sabe-se que sempre deve haver uma atenção especial e fundamental para a criança por parte de todos, tanto por sua família quanto pela comunidade, sociedade em geral e pelo Estado. Ela deve estar em local seguro, com toda a dignidade e respeito, e imantada pela garantia da prioridade absoluta na sua proteção integral, conforme reza o art. 4º do ECA/90.

A maioria das mulheres que passaram pela Mirabal eram mães protetoras, que procuravam afastar a si e seus filhos da violência. Como já se sabe, a violência mais enfrentada pelas acolhidas da Mirabal é a violência doméstica. Aquela que acontece na intimidade do lar, por meio de truculência e machismo por parte de seus parceiros.

As crianças acompanham as mães, pois a proposta da Mirabal é ser uma casa abrigo, de proteção e de acolhida, construída de forma coletiva e compartilhada. O seu intuito é prestar auxílio e enfrentar a violência de muitas formas.

Na observação da pesquisadora, as crianças estavam lá com suas mães, convivendo e fazendo amizades e da passagem pela casa, um lar. Foi percebido que elas se apegavam às apoiadoras e criavam um vínculo de afeto. Talvez de algum modo, pudessem transbordar algum sentimento, alguma birra, mas isto é muito particular de cada núcleo, de cada história de vida ali vivida.

A Casa de Referência Mulheres Mirabal sempre esteve ocupada por mulheres que procuraram a casa em algum momento difícil de suas vidas. Na época em que a pesquisa foi realizada, ainda na casa do centro, na rua Duque de Caxias, foi possível observar a presença constante de mulheres. A casa nunca estava sem mulheres e crianças acolhidas o que demonstra a recorrência da violência contra a mulher.

O período de menor incidência de mulheres são os meses de janeiro e dezembro, nas datas comemorativas de Natal e Ano Novo, quando muitas acolhidas passam na casa de algum parente ou pessoa próxima. Foi possível observar que quem fica na casa, faz destes dias comemorativos, momentos especiais. A casa fica com um clima natalino, com perceptível esperança. A casa fica mais silenciosa, ou um pouco menos agitada, mas sempre com a presença das crianças, que brincam, correm e preenchem o ambiente.

3.3 MULHERES QUE FREQUENTAM A CASA

As mulheres acolhidas e/ou abrigadas na casa são geralmente jovens e com filhos. Na observação da pesquisadora, mulheres que convivem com a desigualdade social. Desde 2016, mais de 600 mulheres passaram pela Casa Mirabal (CPERS, 2022). Este número é importante por dar a dimensão da relevância do trabalho desenvolvido pela casa. Conforme, Reinholz: “A Mirabal se encontra em funcionamento, acolhendo mulheres com suas filhas e filhos”:

[...] a Casa trabalha através de acolhimento psicossocial, jurídico e, quando necessário, abrigo. No local também são desenvolvidos projetos como o Quitutes Mirabal, o brechó e estamperia de materiais como canecas, bolsas e camisetas, que permitem retorno financeiro para as mulheres envolvidas e também para a Mirabal. É um trabalho autofinanciado e que tem como fonte principal de recursos o apoio da sociedade civil e a participação em editais/projetos (BRASIL DE FATO, 2022).

Assim, observa-se a possibilidade de construção de autonomia, tendo em vista a oportunidade de geração de renda, aprendizagem de novas habilidades, bem como, a chance de inserir os filhos em uma escola de educação infantil, ou de uma educação básica da rede mais próxima.

Conforme Guarnieri, Alves e Bressan (2022):

Diferentemente das demais casas que acolhem vítimas de violência, a maioria mantida pelo poder público, a Mirabal foi criada a partir de um coletivo feminista e sob concepções mais flexíveis para o acolhimento. As mulheres não têm prazo para deixar a casa, podem viver com seus filhos e não é exigido que façam boletim de ocorrência, norma comum nas casas mantidas pelo poder público. Quando Helena estava prestes a deixar a casa-abrigo da prefeitura – onde morou por três meses e recebeu orientação profissional e psicológica que, segundo ela, não contribuíram para o seu caso – disse à funcionária que não sabia para onde ir e ouviu como resposta, em tom irônico, que ela deveria ir à Mirabal: “Lá é livre, tu podes fazer tudo o que quiser”. Na casa da zona norte, enfim, Helena conseguiu reunir todos os filhos, que até hoje vivem com ela no local.

De acordo com Guarnieri, Alves e Bressan (2022), “as mulheres que já conseguiram outro lugar para morar e não vivem mais na Mirabal costumam voltar para receber doações de roupas, alimentos básicos e fraldas”, ainda conforme as autoras: “Precisamos ver uma atuação mais integrada da rede de acolhimento. E quando a gente fala de rede, temos de pensar em vários setores, em termos de serviço, de saúde, de assistência e instituições que possam recebê-las” diz a pesquisadora Habigzang. *“A questão da moradia é uma condição básica para o rompimento da situação de violência. Ela precisa ter para onde ir. Ela precisa ter um lugar seguro para ela e para os filhos”*.

Foi percebido na pesquisa que algumas mulheres, quando chegam à casa, trazem consigo habilidades a serem compartilhadas. Muitas vezes surgiam ideias de geração de renda para o coletivo. Na sala, em roda, para aprender como fazer tranças, transpassadas, embutidas, de raiz, lateral. Na cozinha, reunidas para aprender a fazer quitutes, a fim de arrecadar dinheiro para a manutenção da casa.

A iniciativa do Quitutes Mirabal é um exemplo de fonte de geração de renda:

Além de amparo e proteção às mulheres vítimas de violência, a Casa de Referência Mulheres Mirabal, localizada em Porto Alegre, realiza diversas ações para possibilitar que as acolhidas tenham uma fonte de renda e consigam retomar suas vidas. Uma das iniciativas desenvolvidas é o Quitutes Mirabal. Brownies, pães, bolos, cucas, trufas, geleias e cardápios para datas especiais como Natal, Páscoa e Dia das Mães são algumas das iguarias produzidas. Cada quituteira define seu próprio cardápio. A partir do que elas decidem produzir, é feita a divulgação na página do projeto no Instagram (@quitutes.mirabal) com as opções e as formas de contato (CPERS, 2022).

O engajamento na resistência também é um aspecto observado na Casa Mirabal. O entendimento das mulheres que são abrigadas sobre política, machismo, violência e feminismo, como menciona Guarnieri, Alves e Bressan (2022):

Helena espera que a casa que dá abrigo a ela e seus filhos não feche as portas. Ela conta que a rede de apoio, o ativismo e os ensinamentos colhidos na Mirabal são o diferencial em relação a outros locais. “Sendo usuária desse espaço, a gente consegue ver o quanto é bom ter pessoas que te ajudam, e aqui tem pessoas que tem

organização, tem informação”. Ela comenta que hoje já entende mais sobre machismo, violência, feminismo e política, e que isso a ajudou a se reerguer.

Durante a pesquisa foi possível observar que a expressão de resistência se dava por todo o espaço ocupado e isto proporcionava às acolhidas uma oportunidade de participação no engajamento e articulação no movimento social.

Conforme repórter Miller, alguns “relatos de esperança” são destacados em seu texto, demonstrando apoio de parte da mídia do Rio Grande do Sul à causa, relato de uma acolhida:

Descobri que sou capaz de criar meu filho com todo meu amor, sozinha. Mesmo que na ocupação os bebês sejam bem bajulados e com várias mães, como dizem as crianças. Hoje, eu me sinto vivendo em uma grande família, onde aprendi a me expressar mais, dividir meus problemas, acolher todos como forma de gratidão à vida. [...] Aqui na Mirabal, me reencontrei. Obrigada, meninas, obrigada, mulheres Mirabal, por devolver a vida, a liberdade a mim e ao meu filho” (GZH, 2017).

Relatos esperançosos como estes compõe o histórico da Mirabal, os percursos de muitas mulheres que chegaram até lá e se viram amparadas e, muitas vezes, transformadas. Da mesma forma, outras casas no Brasil e na América Latina vêm desenvolvendo trabalhos como este, mediante militância e engajamento no Movimento de Mulheres Olga Benário.

3.4 MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO

De acordo com a Cartilha (2021), “o Movimento de Mulheres Olga Benário nasceu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes em nossa sociedade”.

Conforme Assis e Tommasi (2018):

O Movimento de Mulheres Olga Benário surgiu em 2011, na Primeira Conferência Mundial de Mulheres de Base em Caracas, capital da Venezuela, que contou com a participação de mais de 40 países e de 21 delegadas representando o Brasil. Ao voltar para o Brasil as mulheres que participaram sentiram a necessidade de organizar mulheres trabalhadoras, jovens, negras, LBT, mães, sindicalizadas e periféricas para lutar pela emancipação feminina.

Assim, nasceu da necessidade de organizar as mulheres em luta contra as explorações, juntando mulheres trabalhadoras, indígenas e estudantes, para acabar com o sistema patriarcal/capitalista ainda vigente.

3.5 A CASA TINA MARTINS

A casa Tina Martins foi a primeira ocupação realizada pelo movimento de mulheres Olga Benário no Brasil. No dia 8 de março de 2016 (Dia Internacional da Mulher) a organização coletiva de mulheres ocupou um refeitório da Escola de Engenharia da Universidade Federal em Belo Horizonte/MG, conforme Castro e Xavier:

A Casa foi a primeira ocupação feminista da América Latina, uma experiência inicial de um modelo para auxiliar mulheres em situação de violência doméstica e social. A primeira ocupação foi realizada no antigo bandejão da Escola de Engenharia da UFMG, onde resistiu por 87 dias, antes de ser transferida para sua atual sede, um imóvel da década de 40 também ocioso a alguns anos antes de ser ressignificado pelo movimento, na rua Paraíba, 641 – Funcionários/BH (JORNAL A VERDADE, 2022).

O intuito das mulheres do movimento fora pressionar o estado e seus governantes a tomar providências por melhores políticas públicas para as mulheres. Como experiência inicial, o atendimento e acolhimento para mulheres que sofreram violência ou que estiveram em estado de vulnerabilidade foi tomando envergadura. Para Castro e Xavier a Casa de Referência da Mulher Tina Martins se apresenta como: “Uma possibilidade de mulheres terem acesso ao direito mais básico: a vida” (JORNAL A VERDADE, 2022). Esta Casa tornou-se um importante precedente para todo o Brasil, pois a partir da Casa Tina Martins, começaram a surgir outras ocupações do movimento.

A imaginação, a desobediência, a práxis da resistência e do movimento social, todos estes elementos caracterizam o que as lideranças definem como uma luta transgressora.

Ao procurar o nome da Casa de Referência Tina Martins, junto aos mecanismos de pesquisa da internet, é possível encontrá-la situada como uma medida de política urbana no site da prefeitura de Belo Horizonte. Tal experiência comprova a possibilidade de apoio do poder público aos movimentos.

3.6 NOVAS CASAS DE REFERÊNCIA NO BRASIL

Com a experiência da Casa de Referência Tina Martins, o movimento de mulheres Olga Benário se articulou e iniciou ações semelhantes por vários estados do Brasil. Segundo Cegatti (2019, p.80):

Em 8 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, militantes do Movimento Olga Benário ocuparam o bandejão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o intuito de dar visibilidade às suas demandas por responsabilização do Estado perante às situações de violência contra a mulher. A ocupação, que duraria um dia, manteve-se por 89 dias, pois se tornou um local de acolhimento espontâneo procurado por mulheres da cidade que descobriram o teor da ação.

A segunda ocupação ocorreu em Porto Alegre e é objeto desta pesquisa, a ocupação Casa de Referência Mulheres Mirabal. Logo após, outras casas começaram a surgir. Em São Paulo, na cidade de Mauá, a Casa de Referência Helenira Preta foi ocupada no ano de 2017:

A Casa de Referência para Mulheres Helenira Preta é uma ocupação, na cidade de Mauá, no ABC Paulista, e uma de suas principais lutas é a defesa da vida das mulheres. “Todas nós da Casa Helenira Preta somos parte do Movimento de Mulheres Olga Benário”, explica Carolina Vigliar, uma das coordenadoras da Casa. (TAKAHASHI, 2019).

Em São Paulo/SP, o movimento ocupou e fez nascer a Casa de Referência Laudelina de Campos Melo, além de mais três casas de referência no Estado:

São Paulo – A ocupação de um antigo galpão abandonado há mais de 40 anos é a mais nova casa de referência organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário. O imóvel localizado no bairro do Canindé, na capital paulista, foi ocupado na madrugada de quarta-feira (27) e desde então 70 mulheres se revezam na limpeza, na segurança e no atendimentos às mulheres que já procuram o espaço em busca de acolhimento e orientação. Há algumas mesas no local, mas faltam cadeiras e demais móveis necessários para deixar o local mais adequado (OLIVEIRA, 2021).

Em Florianópolis/SC, em 2022, formou-se a Casa de Referência Antonieta de Barros, a primeira ocupação na história de Santa Catarina. O nome foi escolhido em homenagem a uma das primeiras mulheres eleitas no Brasil e a primeira deputada negra a assumir um mandato popular:

A décima ocupação do movimento de mulheres Olga Benário no país foi nomeada Casa de Referência para Mulher Antonieta de Barros. Foi realizada em um prédio abandonado há mais de dez anos no centro da cidade, com dezenas de milhares em dívidas de IPTU e que não cumpria com sua função social, conforme previsto na constituição brasileira. O lugar antes sem vida e abandonado, passou a ser uma Casa de Referência para a Mulher, que garantirá um acolhimento psicológico, jurídico e social às mulheres vítimas de violência em nossa região (REDAÇÃO SC, 2022).

No total, até o momento desta pesquisa, existem treze casas de referência no Brasil, entre elas, a Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama, que surgiu em 2022 no Rio de Janeiro/RJ, a Casa de Referência Soledad Barrett em Pernambuco e a Casa de Referência Rayana Alves que surgiu em Belém do Pará em 2022.

Estas casas foram consolidando a experiência de ocupar e transformar o território em lugar de política, de reivindicação e de proteção às mulheres. Essas ocupações foram ganhando a qualidade de casa de referência. O engajamento das mulheres foi ganhando mais força e participação, conforme Sodré e Cocolo (2016):

Só no último ano, uma em cada 4 mulheres foi vítima de violência em nosso país. Durante a pandemia, 8 mulheres foram agredidas por minuto, a maioria por

parceiros ou ex-parceiros. Em 2018 e 2019, uma média de 4 mulheres foram mortas por dia. A cada hora, 4 meninas menores de 13 anos são estupradas. Somente no primeiro semestre de 2020, 631 mulheres foram vítimas de feminicídio. A maior parte eram mulheres negras.

3.7 RESISTE MIRABAL

3.7.1 Cantos de resistência

Os cantos de resistência são parte da performance e estratégia do movimento em suas manifestações. Mulheres em luta, pela palavra radical da resistência, pelo desejo de manter um serviço que acolhe e abriga mulheres e crianças:

*“Olê, olê, olê... olá
Da Mirabal não abro mão...
Eu digo NÃO pra reintegração!”*

*“A violência contra a mulher...
Não é o mundo que a gente quer!”*

*“Não, não! Não à violência
Eles querem nos tirar
A gente faz a resistência”*

*“Irmãs Mirabal!
Mulheres de Luta
Olga Benário!
Mulheres de Luta
Nós somos mulheres
Mulheres de luta”*

*“Pisa ligeiro, pisa ligeiro
Quem não pode com as mulheres
Não atça o formigueiro!
Quem não pode com as mulheres
Não atça o formigueiro!”*

O grito é de indignação. A pergunta que se faz é: como o governo municipal fecha os olhos para uma realidade, para um serviço que vêm sendo prestado às mulheres desde 25 de novembro de 2016, que conta com advogadas, assistente social, psicólogas e toda a articulação da rede e externa e social?

O município de Porto Alegre, através de seu governo, foi opressor com o movimento, claramente, por questões predominantemente ideológicas, por não ter compreendido a totalidade do alcance do trabalho da casa na realidade social da cidade.

O movimento de Mulheres Olga Benário alinha-se ao pensamento de Paulo Freire (2003, p.61): “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”. Desta forma, o Movimento de Mulheres Olga Benário, enquanto movimento social feminino, sempre assegurou a sua fala e prática de maneira muito próxima, demonstrando que as mulheres não estão mais passivas e provam isto em diversas manifestações de resistência.

Nestes cantos de resistência, o movimento compõe fontes de potência, instantes em que muitas vozes clamam por dignidade em coro. Rimas, performatividade e imaginação contra o poder hegemônico.

Resistir tecendo a importância da casa. Ilustrar para o governo e para a sociedade que a casa é importante para toda a cidade. Pois a Mirabal tem vida e salva vidas. Ela devolve a muitas mulheres o direito à cidadania e à moradia, dando-lhes a oportunidade de buscar o acesso aos seus direitos fundamentais, como a creche para os filhos, perspectiva de continuidade aos estudos e possibilidade ao mercado de trabalho.

Mas todo o trabalho desenvolvido pela Casa de Referência Mulheres Mirabal se deve ao empenho de muitas outras mulheres que saem de suas casas para ir todos os dias na ocupação ajudar outras mulheres. Mulheres que acreditam, assim como Olga Benário, na luta pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo.

4 O ORDINÁRIO E O EXTRAORDINÁRIO NO COTIDIANO DA OCUPAÇÃO MIRABAL

O prédio em azul desbotado foi ocupado a partir de uma articulação feminina do Movimento de Mulheres Olga Benário, e são muitas as histórias que permeiam este local. No desenho a seguir podemos ver que em uma de suas janelas havia escrito “pelo fim da violência contra a mulher”, na outra “Movimento de Mulheres Olga Benário” e logo acima “Ocupação Mulheres Mirabal”.

Figura 1: Ilustração representando a Ocupação



Fonte: Da autora, ilustração feita por Tarso Martins (2022).

Uma casa diferente, que chama a atenção. Bandeiras penduradas e lá estão as Irmãs Mirabal, Pátria, Minerva e Maria Teresa. Lá também está a figura de Olga Benário Prestes. Casa antiga, com gritos de crianças. Casa só de mulheres. Um movimento social que traz em suas bandeiras pautas importantes para a sociedade.

4.1 COMO A PESQUISADORA CHEGOU LÁ

Melhor eu me introduzir nessa história, para explicar melhor como foi que conheci esse lugar tão potente e radical em experiências de feminismo e enfrentamento à violência. Sou advogada, sempre defendi e estudei os direitos humanos, participei de grupos de estudos que

tratavam desde justiça de transição no Brasil, até assuntos que questionavam os movimentos do direito, em que a gente estudava sobre o direito achado na rua e as transformações sociais que ocorressem e ocorrem mediante mobilizações, articulação do povo e as manifestações.

Em 2017, iniciei um curso preparatório para a Defensoria Pública. Morava em Guaíba e mudei para Porto Alegre/RS, rua Duque de Caxias, por razões de estudo. Com o tempo, fiquei sabendo de uma casa ocupada por mulheres, somente mulheres, naquela rua. Fui pesquisar e descobri que era uma ocupação com objetivos de fundação e fundamento, pois tinha o intuito de abrigar/acolher mulheres que passaram por alguma violência. Fiquei curiosa com aquela casa e resolvi passar a sua frente um certo dia. O meu interesse estava na singularidade daquele lugar, e pelo espanto que me aguçava. Alguma coisa me dizia que aquelas mulheres eram fortes e corajosas.

Foi assim que a minha curiosidade instigou a saber mais sobre aquela ocupação, principalmente naqueles dias de outono, quando as folhas das árvores amarelavam, secavam e caíam sobre aquela rua. Quando chegava próxima da casa, avistava a sua fachada e me deparava com a entrada em um canto. Era um portão solitário, rabugento e fechado. Perguntava-me se um dia teria coragem de bater palmas e questionar o que faziam e como faziam lá dentro. A minha abelhudice transbordava do pote, mas segurava a minha ansiedade e voltava para a casa, para o meu lugar nos estudos.

Neste tempo, já advogava no Serviço de Assistência Jurídica Universitária da UFRGS, o Saju. Trabalhava no grupo G9, com demandas que versavam as matérias de direito das famílias/criança e adolescente. Estava pegando a prática nos atendimentos e audiências enquanto advogada. Atendia muitos casos, pessoas que realmente precisavam e não tinham condições de pagar pelo serviço particular. Lá na sala de trabalho, havia uma mesa redonda e feliz de preenchimento, porque ela vivia cheinha de gente ao seu redor, gente com energia, problematizando assuntos sobre direito. E foi ali, rodeada daquele palavreado, com os olhos parados, soltando as ideias e olhando para o nada, que me perguntei se não poderia fazer alguma coisa por aquela ocupação.

Em uma tarde de frio ameno, com um solzinho que não chegava a esquentar, tomei coragem, caminhei até lá e bati palmas. *Mas como é que vão me receber aqui?* Na frente da casa, eu fitava o portão e, para mim, ele era pura zanga, afinal, ainda não nos conhecíamos. Era uma estranha. Pessoas desconhecidas geravam um sentimento de inquietude e alarme na ocupação.

Alguém espiou da porta que dava para o comprido corredor e disse “Só um pouquinho!”. Era uma voz feminina de uma moça com um olhar sisudo, que chegou ao portão e perguntou o

que gostaria. Disse-lhe que queria conhecer o trabalho que elas realizavam ali, que era advogada voluntária na UFRGS e que tinha vontade de compor a rede de apoio. Senti um ar de desconfiança, afinal, poderia ser uma inimiga, alguém infiltrada ou algo assim, considerando que a ocupação era vista como transgressora. E eu, uma advogada, da classe média, branca e cheia de receios, não passava a primeira melhor impressão para quem me atendia. Ela me informou que não era um bom dia, que se eu quisesse poderia voltar lá no dia seguinte, pois duas coordenadoras estariam presentes e poderiam me explicar melhor. Disse que o dia estava agitado, e que ela contava com a minha compreensão.

Acho que não vou voltar aqui. O portão parecia mais hostil, porém, alguma coisa me encorajava por dentro. Pensava naquela casa como um baú de histórias, como produção de direito vivo, força coletiva, como feminismo radical que transpõe os limites do estado hegemônico, que realiza políticas de acordo com a sua programação neoliberal.

Acordei cedo no outro dia, me arrumei, tomei fôlego e saí do prédio em que morava. Passei pela frente da catedral, me benzi, pedi boa sorte e fui em direção à Casa Mirabal. Bati palmas novamente, e uma moça veio me atender com sobriedade. Ela me cumprimentou e contei a ela sobre a visita que queria fazer. Ela conversou um pouco comigo, quis me conhecer e saber do meu interesse. A verdade é que era necessário cautela ao permitir que alguém compusesse a equipe, pois tal incumbência demandaria responsabilidade, cuidado, tempo, solidariedade e respeito profundo às mulheres e a sua individualidade. Explicou-me um pouco sobre o funcionamento da casa, ressaltou que o trabalho realizado era delicado e que se quisesse, poderia começar aos poucos.

E foi assim que começou a minha imersão neste espaço de solidariedade e resistência que é a casa Mulheres Mirabal.

4.2 OS PRIMEIROS MOMENTOS NA OCUPAÇÃO

A partir daquela conversa, todos os dias me organizava para ir à Mirabal. Aquele portão agora até me acolhia de forma mais agradável. Chegava em frente da casa, parava e pensava no que me esperava.

É claro, não foi fácil chegar neste ponto. No meu primeiro dia, quando entrei naquela casa, senti um estranhamento. Eu era nova ali, não era uma acolhida, e sim uma nova apoiadora. Alguém disposta a colaborar com a organização da casa, e isto poderia ser incômodo até que me conhecessem. E foi estranho, pois cheguei em uma realidade diferente.

Imagine você: uma casa com mulheres que foram parar ali porque sofreram algum tipo de violência. A primeira cena são cinco mulheres em uma cozinha média com uma mesa

retangular ao centro. Uma delas estava com cara de sono e com seus filhos a lhe chamar pois queriam o “mamazinho” que ela preparava junto a pia e ao fogão. Outra, lavava a louça, uma montanha de pratos, talheres, xícaras e copos. Estava sem muito ânimo, fazia porque tinha que fazer, seguia os comandos do papel que descrevia a organização da casa. Duas mulheres estavam sentadas junto à mesa, onde também compartilhava o espaço. Elas tomavam café e não davam muita bola por eu estar ali. Falavam coisas aleatórias, do cotidiano na ocupação. Eu me empenhava para conversar com elas, e até que me aceitaram bem. A coordenadora responsável naquele dia me orientou a ficar ali para conhecer o ritmo, enquanto ela resolvia coisas na salinha da coordenação.

Bateram no portão e tomei um susto. *O que eu devo fazer?* Me dei conta que estava despreparada e não sabia quase nada. Era ali uma mera visitante. Uma das mulheres, que ainda desconhecia o nome, me orientou “Vai lá ver quem é”. Não sabia bem o que deveria fazer naquela situação, até que a coordenadora apareceu com algumas chaves na mão. Ela sorriu para mim e disse que se continuasse com elas, com o tempo, iria pegar o jeito.

É... Não vai ser fácil. Seriam tantas situações com que me depararia naquela casa. Mas não havia mais jeito, o veneno (bom veneno, diga-se de passagem) da fome pelo conhecimento, da curiosidade de estar lá, já estava inoculado em mim.

Fui integrada à rede de apoio aos poucos. Percebi que era necessário desenvolver um vínculo de confiança. O fundamental era estar lá. Por isso, no outro dia, estava de volta.

A mesma coordenadora me atendeu, seu nome era Aretha, e ela disse que poderia ficar na cozinha e conhecer melhor quem passava por ali. Observava e percebia que tudo era coletivo. Nesta tarde chegaram doações. Acompanhei o recebimento, presenciei uma psicóloga chegar para realizar os atendimentos. Me aproximei das crianças, brinquei com elas no pátio, mas tudo ainda me soava com distanciamento. Um comedimento que parecia ser o meu lugar naquele momento.

Todos os dias sentia compaixão. Na solidariedade daquele lugar que oferecia um horizonte de esperança para aquelas mulheres. Às vezes chegava em casa com vontade de chorar e pensava que não podia fazer muito mais. Podia oferecer meu trabalho e meu apoio. Tudo o que via lá era novo e estranho para mim, pois o máximo com o que tinha me deparado em relação a situações de violência contra a mulher fora no meu estágio realizado na Defensoria Pública, com atendimentos que versavam sobre medidas protetivas da lei Maria da Penha.

Eu via potência naquela experiência Mirabal de convivência com o próximo, de luta contínua, de cidadania. Alguma centelha acendia dentro de mim quando estava naquela casa.

A cada dia percebia mais que ganhava mais proximidade no convívio, que conseguia ser mais solta, reconhecida pelas companheiras como um rosto amigo.

Tudo isto que escrevi até aqui foi para mostrar que não foi fácil me inserir na casa. Eu não conhecia ninguém. Tudo aconteceu de maneira cautelosa, tendo em vista ser uma ocupação que corria risco o tempo todo. Quando me refiro à palavra risco, quero dizer ameaça real, perigo.

O primeiro motivo de risco é que havia uma ação de reintegração de posse contra a ocupação, ingressada pela Congregação Irmãos Salesianos. O imóvel ocupado na rua Duque de Caxias pertencia ao grupo religioso, muito embora, há considerável tempo, estivesse vazio. A Casa Mirabal resistia todos os dias e se atentava para alguma iminente decisão do judiciário que as mandassem desocupar o imóvel. Esse era um motivo de constante vigilância. O segundo motivo era porque mulheres que sofreram algum tipo de violência, principalmente a doméstica, estavam abrigadas na casa. Isto por si só requer um cuidado especial, pois são mulheres fragilizadas e marcadas por algum sofrimento. O receio percorria estes corpos.

O espaço e a intimidade delas eram desafios e necessidades importantes a serem atendidas, considerando que estavam em um ambiente coletivo. Este para mim sempre foi um sentido a ser percebido, pois a fronteira entre o perguntar alguma coisa sobre a vida e fazer uma e estar disponível para escutar, por vezes, é tênue como a resistência de uma bola de sabão nas mãos de uma pessoa. Mesmo com todo o cuidado que se tinha com a convivência na casa, era inevitável que as mulheres ficassem expostas e com a sua privacidade à mercê do cotidiano da ocupação. Percebo a ambiguidade presente nas miudezas: na ânsia de querer ajudar existe o risco de tirar-lhes a intimidade e o poder pessoal.

Na casa existia uma variedade de perfis de mulheres, com múltiplas vivências e diferenças. Algumas, procuravam abrigo, acolhimento breve e/ou passagem. Algumas, com filhos, encontravam a casa para se recompor na vida, para um respiro, tomar fôlego e continuar o caminho. Também havia a mulher sozinha, aquela que se enxergava só no mundo, e não se dava conta de que existia uma rede que ela poderia contar e que a ajudaria.

Pude observar que grande parte das mulheres abrigadas eram de baixa renda, que não tiveram a oportunidade do estudo, tinham filhos e eram negras. Isto já bastava para ilustrar o recorte do gênero, de raça e de classe. Mas, todas as mulheres que estavam ali importavam.

4.3 CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

Arrisco a defender que, mais do que enfrentamento à violência, a Mirabal é um espaço de construção de cidadania. Digo isto, pois as mulheres que encontrei na casa chegaram por motivos de violência ou vulnerabilidades, mas experimentaram a possibilidade de autonomia, autoconhecimento, descobrimento de novas vocações, desenvolvendo laços de afeto e novas competências.

Enquanto ficava naquela casa, durante a tarde, podia observar que as coordenadoras organizavam conversas e incentivavam as acolhidas da melhor forma. Um exemplo contundente foi um sarau só de mulheres que aconteceu na casa “*o sarau da deusa*”, ensejo em que as mulheres podiam dançar, recitar poemas e poesias, até gritar e chorar sem que fossem julgadas. Tudo ali era arte, feminino e música que as faziam balançar, girar, rir e se emocionar. Aquele movimento de poesia era potente, e eu enxergava aquele espaço como raro. Pulsava um coração ali. Era um lugar de solidariedade e sororidade.

Em alguns momentos pude presenciar o diálogo e o ensino da comunicação não-violenta evidenciado. A explicação era de quão importante seria conhecer os sentimentos – ouvi-los, compreendê-los e saber comunicá-los de maneira assertiva –. Se por algum motivo o guardamos, a ação posterior é a de muito facilmente machucar, agredir com palavras ou reagir mal a alguém.

A possibilidade de autonomia e o descobrimento de novas vocações são pontos fortes da casa, e que tive a sorte de presenciar no percurso de muitas vidas que passaram pela ocupação. Como a casa existe por meio de multiplicidades, força coletiva e atravessamentos, o processo de descobrimento de novas vocações acontece de forma natural, tendo em vista o movimento dinâmico da casa. São muitas as atividades, desde a manutenção e venda de roupas no brechó até a produção de faixas de manifestações de resistência. Habilidades de trançar os cabelos, desenhar e cozinhar são descobertas com frequência. Já a possibilidade de autonomia surge na possibilidade de ter o tempo de respirar longe de alguma ameaça, de poder trabalhar, pois, muitas mulheres que passaram pela casa trabalhavam fora, na maioria das vezes como diaristas. Também havia a perspectiva de dar continuidade aos estudos. Enfim, as mulheres poderiam pensar em novas perspectivas para suas vidas.

Era uma tarde daquelas em que as pessoas saíam encasacadas e o vento sussurrava nas janelas das fachadas das casas. Andava com a mantinha enrolada até o queixo e observava a rua. O combinado era chegar na Casa Mirabal no início da tarde para trocar o turno com outra moça. Já me sentia parte daquela engrenagem, pois era requisitada pelas meninas. Tinha compromisso com os meus horários, mas ainda estava descobrindo os núcleos do coletivo. Naquele dia, havia uma reunião de coordenadoras, algumas meninas estavam reunidas para

confeccionar cartazes de resistência. Uma delas me explicou que a Casa Mirabal foi pensada e coordenada pelas mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário. Pensado para unir um coletivo feminino pela luta de direitos, pelo fim da violência doméstica, por mais igualdade de gênero, pelo direito à vaga em creche, pela garantia de acesso à educação, luta por moradia e direito à cidade, entre outras demandas. Portanto, a casa fazia parte de uma ação do movimento de mulheres Olga Benário.

As coordenadoras eram militantes engajadas, que organizavam as escalas, eventos, faziam a recepção de novas apoiadoras e administravam todos os assuntos relativos à casa.

Depois de algum tempo, tendo demonstrado o merecimento de confiança e comprometimento com a casa, pude ficar com as chaves, o que acontecia no momento em que se chegava à casa, recebendo-as da apoiadora anterior quando ela concluía o seu turno.

O dever de ter as chaves sob a minha guarda era inquietante, pois em qualquer momento poderia surgir uma nova situação de abrigo ou alguma coisa parecida. Este papel de apoiadora e guarda-chaves era muito importante, pois era confiada a tarefa de resguardar as mulheres na casa.

4.4 O SUSTENTO DA CASA

Enquanto guardava as chaves e fazia o meu plantão com as acolhidas, senti a consciência de que tudo era muito sério. Foi então que bateram no portão. Experimentei um frio na barriga, pois era a minha primeira vez com as chaves. *Será que vou conseguir fazer um olhar sisudo?* Era uma mulher com doações de cestas básicas e roupas para o brechó. Recebi ela com um sorriso aberto, e de pronto esqueci de ficar séria, mas isto foi mero detalhe. Guardei as doações de comida na despensa, onde a porta ficava trancada com cadeado. E as roupas, no cômodo onde encontrava-se o brechó.

O cômodo do mesmo era grande, nele havia duas mesas e uma montanha de roupas, as quais a todo momento chegavam, trazidas por pessoas que doavam. Existiam muitas pessoas que doavam: roupas, alimentos, itens de higiene/limpeza e móveis. As pessoas que colaboravam, geralmente conheciam o movimento através das mídias sociais e reconheciam a importância do trabalho realizado na ocupação.

A visibilidade da Mirabal era um elemento que crescia com o passar do tempo. Muito do sucesso no reconhecimento popular se dava por conta do “boca-a-boca”. Pessoas que pertenciam a movimentos relacionados com o partido Unidade Popular (UP), como exemplo, o Movimentos de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) que se engajavam na busca por direitos à moradia, trabalho e dignidade nos bairros periféricos. Outros movimentos e

ocupações também assumiam papel importante no reconhecimento da Casa Mirabal.

Desta maneira, constatei por meio dos diários de campo que as pessoas sabiam que a ocupação existia por variados motivos – dos jornais alternativos, das redes sociais e até mesmo grandes veículos de imprensa, indicação de instituições – caso das acolhidas que são indicadas por entes que prestam serviço público.

Era um trabalho reconhecido aos poucos. Pode-se dizer que era um trabalho de formiguinha, a cada ano que se passava a Mirabal ia tomando espaço de importância sob os olhares da sociedade, enquanto ferramenta importante no desenvolvimento de cidadania de mulheres que em poucas circunstâncias conseguiram acesso a este exercício.

Em minhas reflexões da etnografia constatei que a vulnerabilidade em relação ao modo estabelecido de viver em sociedade é um ruído alto e estridente dentro desta composição. A vulnerabilidade a que me refiro é sobre a programação estatal. É em relação ao neoliberalismo, que acentua as desigualdades, que faz com que a Acássia tenha que sair da sua casa para entregar aos traficantes, que faz com que Carmem já com certa idade, não tenha onde morar porque não conseguiu oportunidades, ou tantos exemplos de pessoas que não conseguiram se incluir no sistema.

Na Casa Mirabal, além de um lugar seguro, quando abrigadas, havia a possibilidade de trabalhar fora. Presenciei a rotina de muitas delas que trabalhavam como diaristas. Eram mulheres trabalhadoras, com consciência de classe, mas havia também outras que chegavam à Mirabal desprovidas de confiança na descoberta de novas aptidões. Como o abrigo não tem um prazo determinado, sugeria-se que o tempo de permanência não seja muito prolongado.

4.5 O COTIDIANO NA MIRABAL

A permanência no local permitia a observação de cenas cotidianas com as partilhas e conversas na cozinha enquanto se fazia um bolo de cenoura, ou bolinho frito, aqueles “de chuva”. À mesa, mulheres reunidas e crianças agitadas, correndo “prá lá e prá cá”. No pátio, uma amarelinha desenhada no chão de cor amarela até o número dez. E as crianças lá brincavam, brigavam e se agitavam. Naquela brincadeira, dois se destacavam, Francesco e Afonso, filhos de uma portuguesa que estava há algum tempo no Brasil. Estes dois irmãos tinham a diferença de 2 anos de idade e brincavam juntos. O Afonso contava 7 anos, era o mais velho, o mais sério e passava o sentimento de ser o protetor de seu irmão e de sua mãe. Francesco tinha 5 anos, e tinha a alegria como dom natural. Ele usava vestidos e saias, rodopiava e dançava, de vez em quando com um tamanco de sua mãe, adereços, que geralmente eram denominados “de meninas”. E o mais importante: ele tinha sua individualidade respeitada na

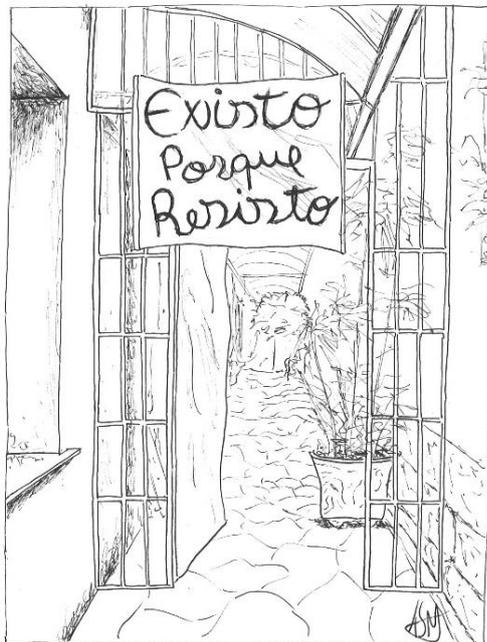
casa e era fortemente protegido por sua mãe e seu irmão.

No pátio da casa havia um abacateiro com uma sombra maravilhosa e nela havia um banco, e em dias mais quentes ajudava a refrescar. E no inverno ele era o ponto de encontro para “lagartear” e comer bergamotas. Como em certa ocasião, quando dona Carmem desabafou: disse que seu filho estava preso. Ela estava procurando meios de ir visitá-lo, mas estava sem dinheiro e sem coragem. Enquanto contava, ela olhava para o horizonte e seu olhar parecia perdido em algum momento doloroso na vida.

Havia uma outra acolhida que era muito nova, conhecida como Laís. Ela tinha uma filha de 3 anos, Lisi. Era a pequena “Lis”, que corria e se misturava com as crianças da casa com muita facilidade, mas também era teimosa e fazia birra quando não conseguia o que queria.

Para entrar na casa era necessário bater no portão. Mais alguns passos, e havia outro portão. Era estreito, do tamanho de uma porta, às vezes, coberto por um tecido roxo ou por uma lona cor de rosa, que impedia quem estivesse fora de olhar para dentro. Sempre tinha alguma responsável por lá para fazer a vigia e atender quem fosse: apoiadoras, acolhidas, profissionais da assistência social, pessoas com doações.

Figura 2: Ilustração representando a entrada da Ocupação



Fonte: Da autora, ilustração feita por Tarso Martins (2022).

Com frequência chegavam doações, como aquela que relatei no meu primeiro dia como guardiã das chaves. Na casa da rua Duque de Caxias havia uma sala cheia de roupas e sapatos doados. Eram feitos mutirões para organizar as roupas boas, que poderiam ser aproveitadas para as acolhidas ou vendidas no brechó. Sapatos, bolsas, roupas femininas e masculinas, infantis. Chegava de tudo e a função de organizar sempre era divertida. Para o brechó era fixado um

preço simbólico, às vezes 2 reais, às vezes 10 reais, e sempre se conseguia um bom lucro para ajudar no sustento da casa.

A arrecadação de dinheiro também se dava em forma de festival, o que era meticulosamente planejado pelas coordenadoras da casa. Cada evento contava com a divulgação da comunidade e parceria de muitas pessoas dispostas a ajudar.

Houve um festival chamado “RESISTE MIRABAL” em um anoitecer de verão no pátio atrás da casa – aquele que tem o abacateiro –. O espaço ficou repleto de atividades. Ali havia uma banquinha de livros, como um pequeno sebo com bons livros e baixo preço. Lá trabalhei e pude observar todos que por lá passavam. Tive um sentimento de generosidade em ver uma comunidade engajada. Pessoas do bairro e muitos jovens que passeavam no gasômetro ficavam sabendo do evento e passavam lá. Na banquinha de livros o público era sempre simpático e fazia questão de mostrar suas preferências literárias. Professores do bairro, que conversavam sobre a sociedade, construíam uma análise da conjuntura política e as consequências do golpe de 2016. Naquele ano, o grito era “fora Temer” e aquelas pessoas temiam por coisa pior nas eleições de 2018.

Ainda no Festival, ali da banquinha de livros onde se atendia as pessoas, dava para ver o entardecer de verão, o céu em tons azuis e laranjas e no pátio avistava-se luzes incandescentes pequenas que enfeitavam um mini palco. Também havia a mesa dos bolos, dos doces e dos salgados. Todos eram preparados pelas acolhidas que ficavam dentro da casa, se assim fosse da preferência. E a maioria preferia, já que o acesso era restrito: somente acolhidas, coordenadoras e apoiadoras identificadas. Algumas que já estavam há muito tempo na casa tinham engajamento no festival e não tinham receio de participar do evento. O festival acabava com música, alegria e com um bonito espírito de comunidade.

Muitas mulheres, depois de certo tempo na casa, conquistaram a autonomia em suas vidas, pois ali tinham um espaço onde poderiam compartilhar e encontrar vozes parecidas. Com a devida organização conseguiam trabalhar e administrar o cuidado de seus filhos.

A organização sempre foi um atributo importante na casa. Na parede da cozinha, acima da pia, havia um cartaz grande. Na verdade, eram folhas de ofício coladas umas nas outras e anotadas com canetinhas coloridas, com letras grandes que ditavam qual era o esquema a ser seguido. Quem lavava a louça, quem cozinhava, quem varria, quem tirava o pó e quem tomava conta das crianças. É claro, que gerava conflito, às vezes. “*Onde está a Rita?*” “*Ah agora não posso fazer!*” “*Minha filha está me chamando*”. E assim seguia a convivência na Casa Mirabal da Duque de Caxias. Sempre havia uma apoiadora ou coordenadora junto delas que prestava assistência e que ficava com um telefone de plantão. Vivia sempre uma tensão por não saber o

que estaria por vir. A casa estava em iminente risco de reintegração de posse e, ainda havia sempre a possibilidade de algum agressor descobrir o endereço e ir até a casa e/ou algo sair do controle. Havia muitas inquietações que nos deixavam sempre alertas. Estar naquele lugar era estar preocupada sempre com o porvir e sentir a angústia de uma história dolorosa de vida de cada nova acolhida que chegava.

A corrida judicial para salvar a casa de uma medida liminar de reintegração de posse era uma questão inquietante, tendo em vista a força policial envolvida, a possibilidade de violência e a exposição dos filhos e filhas das acolhidas.

No mesmo contexto, é importante ressaltar o apoio de algumas outras instituições. Para ilustrar melhor o que percebi atuando nos anos de 2017 e 2018, relato a experiência de uma das tardes ensolaradas na casa Mirabal da Duque.

Ao chegar na casa fui informada que tínhamos uma nova acolhida e que ela precisava ir ao Posto de Saúde Santa Marta, unidade básica que fica situada no centro de Porto Alegre, a algumas quadras da casa. Fui alertada de seu gênio difícil e, em seguida, fui apresentada à nova moradora. Era uma senhora, cabelo preto com mechas grisalhas, uma voz forte. Seu nome era Maria Lúcia. Aparentava ser brava e quieta. Conversamos um pouco e decidimos ir ao posto. No caminho fui interrogada basicamente sobre toda a minha vida. Ela me chamava de menina e não acreditava que eu era uma advogada “tão moça”. Porém, quando questionei sobre sua vida, a senhora Maria Lúcia ficou brava e disse que não queria mais a companhia da “menina”. Expliquei então que ficaria em silêncio, mas que era responsável por acompanhá-la.

Chegamos ao posto, identifiquei a senhora Maria Lúcia (porque ela estava sem orientação) e disse que era uma nova acolhida da Mirabal. A recepcionista prontamente reconheceu a casa como um local importante e disse que sempre recebiam acolhidas para consultas e que, muitas vezes, os profissionais de saúde indicavam a casa para mulheres em que percebiam risco e vulnerabilidade. Enquanto isto, a dona Maria Lúcia me encarava com um olhar severo, como se estivesse reprovando a minha companhia. Quando foi chamada pela médica, a acolhida não quis minha presença. O posto estava cheio e fiquei esperando.

Na saída da consulta, a médica pediu para falar comigo, disse que a Mirabal fazia um trabalho muito importante e que salvava a vida de muitas mulheres. Ela observou que aquela senhora tinha um gênio difícil, mas que era importante ela não estar sozinha. E, de fato, na Mirabal ela não estava sozinha. Voltamos em silêncio, mas ao chegar, ela me agradeceu e percebi algumas coisas: o quanto falar da vida poderia ser doloroso, como naquele momento; a importância de saber que não se está só e como foi reconfortante perceber que a saúde, enquanto serviço público, reconhece a Mirabal como trabalho fundamental.

E a dona Maria Lúcia? Permaneceu difícil. Mas todo mundo já tinha se acostumado com o seu modo de ser.

Muitas acolhidas ficavam por meses na casa Mirabal. Quase sempre o motivo era violência doméstica. Procuravam a casa por não terem para onde ir. Muitas não tinham parentes em Porto Alegre ou sofriam perseguição e ameaças dos respectivos companheiros. Existia também a questão jurídica, pois a casa contava com advogadas que prestavam assistência às acolhidas. Eu não participava, pois já tinha vínculo com o grupo que atendia criança e adolescente e direito das famílias no Saju da UFRGS, mas sempre que possível orientava juridicamente quando necessário.

As mulheres que eram mães pediam ajuda nos processos. Algumas estavam sob medida protetiva da Lei Maria da Penha. Falava-lhes que a lei tem como intuito prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Devendo esta medida ser rápida e eficaz e, além disto, podendo, até mesmo, serem discutidos assuntos como alimentos provisórios, que são essenciais para a manutenção da mãe e da prole. Dito isto, muitas dúvidas surgiram. Algumas mães com seus filhos e filhas perguntavam sobre questões como guarda, convivência familiar e direito à creche. Enfim, realizava a facilitação do acesso à justiça e dos entendimentos dos direitos daquelas mulheres.

As crianças sempre estavam presentes na casa. Dentre tantas, uma menina que se chamava Larissa – a Lari – que contava 5 anos de idade. Ela ficava com a sua avó, dona Norma, pois a sua mãe trabalhava durante o dia. Dona Norma estava há meses na casa, tendo chegado por conta da vulnerabilidade e das violências sofridas: doméstica, institucional e da rua. Era uma senhora negra, alta, magra, com traços fortes e espontânea. Era sofrida por conta de acontecimentos da sua vida. A cor, a classe social, o gênero. Enfim, ela trazia consigo todo o peso da interseccionalidade da violência colonial e patriarcal. Uma mulher que era feminista e brigava pelo feminismo decolonial sem saber.

A equipe da coordenação da casa da Duque era bem articulada: agenda, reuniões, tabelas e planejamento das programações. Existia um grupo de *WhatsApp* onde organizávamos a escala do dia, turnos e pouso. A guarda atenta do local se fazia sempre necessária.

Por trás de toda a organização existia um movimento social, como já mencionado, o Movimento de Mulheres Olga Benário. Um trabalho coletivo e nacional que nasceu da necessidade de lutar contra a violência diante da ausência de políticas públicas efetivas e de organizar mulheres trabalhadoras, indígenas e estudantes.

Aqui também é importante mencionar um elemento na engrenagem Mirabal, o partido Unidade Popular, a “UP”. Este partido é vinculado com a grande maioria das mulheres do movimento Olga Benário e com outros movimentos importantes na cidade de Porto Alegre, cabendo citar aqui o MLB – Movimento de Lutas dos Bairros, Vilas e Favelas, que ajuda a população dos bairros mais carentes da cidade e mobiliza o povo para a luta. Ele faz parte da força para novas ocupações e reivindicações de direitos, um exemplo importante e marcante na história de Porto Alegre é a ocupação Lanceiros Negros.

As manifestações sociais são relevantes para a conquista de direitos, expressão de indignação coletiva, reação aos problemas do mundo e voz dos oprimidos. As mulheres da Mirabal – apoiadoras, coordenadoras e acolhidas – eram convocadas para participar caso quisessem ou pudessem quando havia algum ato marcado. Neste contexto de rua, bandeiras da UP eram levantadas alto e muitas vezes companheiras que faziam parte da coordenação da casa Mirabal subiam no palanque e sustentavam argumentos relevantes para o cenário social.

A casa em si era composta por três andares, de paredes azul desbotadas, e possuía uma arquitetura antiga. Se você estivesse chegando à casa, veria a calçada, duas árvores, a fachada do prédio, e avistaria, no segundo andar, uma faixa branca escrita com tinta lilás: “OCUPAÇÃO MULHERES MIRABAL”. A fachada ficava junto da calçada.

Ao entrar no prédio, a primeira peça era a cozinha. Uma mesa de quatro lugares no centro, o fogão próximo à porta de entrada, no outro lado a pia e os armários de mantimentos. Ali ocorriam as reuniões mais informais, o momento do preparo da comida, do café, do bolinho de chuva.

A sala era a próxima peça, considerada um pequeno saguão, caracterizada essencialmente por sofás. Havia a dispensa, que era acessada apenas pela responsável autorizada do dia. Também tinha o banheiro, um quarto grande, que era onde ficavam as doações de roupas e o brechó.

Na busca de lembranças em meu diário de campo, uma que se destaca é a de quando estive pela primeira vez no segundo andar da casa da Duque. Lá pude ter um vislumbre de como as mulheres realmente viviam e preservavam a sua individualidade. Ali, haviam os quartos, um corredor grande e banheiros. Era nestes quartos que as acolhidas se abrigavam. E foi no dia em que subi no segundo andar, para ir até o quarto em que as coordenadoras ficavam quando pousavam na casa, vi como eram os dormitórios. Lá havia acolhimento. Eram simples. Na maioria das vezes, as mulheres dividiam os quartos, mas algumas dormiam sozinhas e se organizavam “no seu canto”. Este era o caso da Vera.

Mostrou-me seu quarto. Demonstrava orgulho na sua organização e gostava de ressaltar os detalhes. O quarto era simples, bem arrumado e tinha cama, tendo em vista que a maioria das acolhidas dormiam em colchões no chão. Me disse baixinho que tinham muitas ali que eram desorganizadas, mas em bom tom, disse: “*Mas, eu não!*”. A Vera tinha um tom de deboche sério e bordões fortes, que faziam dela única na casa. Se ela estivesse contando uma história que para ela soasse como absurdo, ela logo dizia: “*Ah não, pra mim chega!*” de forma incisiva.

A Mirabal me fez pensar em um lugar seguro, onde mulheres encontravam outras e se identificavam com as diversas situações que permeavam suas vidas naquele determinado momento.

Sempre havia uma apoiadora na escala. Quando cheguei na Mirabal pela primeira vez, confesso que fiquei confusa. *O que faz uma apoiadora que entra na escala?* Era uma tabela em que cada coordenadora ou apoiadora informava sobre a sua disponibilidade de estar na casa. A atuação da apoiadora poderia ser relacionada com a sua respectiva formação, pois existiam muitas companheiras da educação, da assistência social, do direito, da saúde, entre outras. Mas, na realidade, o que sempre percebi foi o lado extremamente humano era o que se aguçava na casa. Lá haviam muitas crianças que queriam atenção, então o jeito era estimular a criatividade delas. Ia até a brinquedoteca e buscava folhas e lápis de cor, às vezes tinta, no final a bagunça era grande. Então percebia o quão eram importantes a atenção e o estímulo às crianças. Outro ponto importante era a organização coletiva como um todo.

Às vezes se fazia necessária a proposição de práticas para serem realizadas com as acolhidas, com as crianças, com o coletivo e com a comunidade externa. Isto se dava dos mais variados modos, como por exemplo a feirinha em que se vendiam roupas do brechó e do ateliê, que surgiu de habilidades das apoiadoras, acolhidas e coordenadoras da casa. Isto também era visto como uma oportunidade de geração de renda.

Muitas mulheres passaram pela casa da Duque. Algumas eram mais soltas, o que facilitava a escuta de suas histórias enquanto cozinhavam, lavavam louça ou varriam a casa. Sempre na informalidade, na palavra solta, na amizade. Por outro lado, havia as mulheres mais caladas, mas o silêncio delas comunicava, por vezes, muito mais. Era como se fosse possível sentir o tanto de sofrimento que aquele corpo carregava em suas emoções e feridas não cicatrizadas. E estar ali, entre aquelas mulheres com histórias semelhantes, fazia-lhes bem. Mesmo naquelas que restavam em silêncio, dava para ver a participação nas conversas, o riso de identificação, a boca que fecha e o rosto que desenha um lamento toda a vez que escuta uma palavra de dor. Afinal, vidas de mulheres que passavam por algum tipo de recuperação habitavam aquela ocupação, tentavam se recompor em um lugar livre de burocracias, como

estar em uma casa com muitas mulheres dispostas a abraçar-se, coletivamente.

Com o passar do tempo, estar lá possibilitou compreender que buscar maneiras de enfrentamento à violência de forma coletiva era um dos atributos principais da Mirabal. Trazer à tona estas memórias e os escritos do diário de campo me deixava esperançosa, pois o que une estas mulheres é o desejo de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Comungo com o sentimento de que é necessária a contínua luta por melhores políticas públicas e pelo direito de exercer a cidadania, sem se conformar e aceitar o que é imposto.

Toda a semana era diferente lá. O relato seguinte vem de uma tarde de inverno. Aquele tipo de tarde que dá vontade de ficar no solzinho buscando pelo aquecimento. No caminho para a casa Mirabal passei em um armazém e comprei café e leite para o lanche da tarde, pois era possível que alguma coisa estivesse sendo preparada no fogão – no dia anterior fora bolinho de chuva –. Prossegui pelo caminho da Duque e encontrei a acolhida Vera (aquela dos bordões). Ela prosseguiu comigo pela rua e seguimos conversando. Ela me dizia que quando conseguíssemos fortalecer estas mulheres, a reincidência de violência na vida delas também iria diminuir, e conseqüentemente elas passarão a conscientizar outras mulheres. Consegue-se fazer uma teia e fortalecer o conjunto das muitas que são desassistidas. Vera também me fez refletir sobre como a Mirabal conscientizava mais a sua vida e aumentava sua responsabilidade com o ambiente a sua volta. Quando estávamos chegando na ocupação ela me olhou com ar de cansada e exclamou: *“Ah, pra mim chega!”*

A Vera chegou na casa por conta da vulnerabilidade social e não por violência doméstica. Estava sem ter onde morar, pois tinha perdido seu apartamento em um bairro periférico de Porto Alegre devido ao envolvimento do filho com drogas, ela contou. *“Ah, daí o tráfico tomou conta”*. E se via desesperada, sem saber o que fazer. Saiu de lá e foi morar na casa de amigos, onde era feita de empregada não remunerada. Sofreu tanta humilhação. E enquanto ela contava, sentada em um banco, debaixo do abacateiro no solzinho, o seu olhar se perdia vagamente. Fazia um silêncio doloroso, e depois de um suspiro, ela então continuava. Decidiu procurar a ajuda da Defensoria Pública, que entrou em contato com a Casa Mulheres Mirabal. *“Aqui é bom!”*, dizia ela. Ela queria um tempo para organizar a vida, buscava receber um benefício social. Falar em seu filho, que era morador de rua e usuário de drogas, fazia os seus olhos marejarem. Seu desejo agora era uma internação compulsória para ele, pois seu coração de mãe temia pelo pior. Tempos depois voltei a conversar com Vera, seu filho estava preso. Ela tentava ligar para o presídio central para visitá-lo.

Lá na Mirabal havia a organização de saraus. Nestes momentos de observação, pude perceber a importância da poesia nas existências e resistências. Registros de vozes, quadros,

histórias e repertórios de opressão, racismo, escravidão, sexismo, patriarcado, colonialismo, dor, violência, luta e feminismo. Sororidade era um conceito trazido. Elza Soares, com a sua música, também introduziu muitos eventos. Conceição Evaristo era uma autora citada, lida e estudada, assim como, Maia Angelou, Carolina Maria de Jesus e Tony Morisson. Havia literatura, música, poesia como registros de percursos. A arte como representatividade.

Quando cheguei em 2017 na casa, conheci uma das acolhidas mais atuantes, a Maria Acácia. Ela chegou lá por conta da vulnerabilidade social. Morava no bairro Rubem Berta em Porto Alegre, era diarista, contava 43 anos de idade e batalhava para fugir da violência que a cercava. Maria Acácia gostava de conversar em volta da mesa da cozinha e dizia que na antiga comunidade convivera com o tráfico de drogas e tiroteios todos os dias. Mãe de quatro filhos, tinha que desviar de tudo isto para conseguir criá-los fora do alcance da violência. Contou que o seu filho mais velho de 22 anos sofria violência verbal na comunidade que vivia, por ser homossexual. Isto gerava sofrimento e medo para esta mãe, que temia por agressões motivadas pelo preconceito. Ela também contava que muitas mulheres sofriam violência na vila e isto era banalizado, ninguém denunciava. Era algo do cotidiano, algo comum e normal.

Depois que Acácia chegou na casa, encontrou uma oportunidade de refazer a vida com mais tolerância, respeito e melhores condições. Começou a se engajar nos projetos da Casa Mirabal, entrou para o Movimento Olga Benário e se empenhou em ajudar as mulheres a se reerguer. Seu filho se incluiu no movimento LGBT encontrando representatividade e igualdade.

Assim como com a Acácia, o tempo de permanência em casos de situação de vulnerabilidade é menor. A casa presta auxílio para que a acolhida consiga sair da situação. As mulheres passam por uma escuta qualificada e são prestados auxílios como alimentação, higiene e acolhimento pelo tempo necessário para encontrar possibilidades de reorganizar a vida. Depois que isto acontece, muitas continuam no movimento, se engajam politicamente e lutam por melhores condições e cidadania.

Um projeto que tive o prazer de presenciar na Casa de Referência Mulheres Mirabal foi o Quitutes Mirabal, ainda no prédio da rua Duque de Caxias. O intuito era que as acolhidas utilizassem o espaço da cozinha como um ambiente terapêutico. Com o passar do tempo, o projeto tomou forma de geração de renda, o que aconteceu quando da mudança para a nova ocupação. Quituteiras conquistaram seu espaço e autonomia para vender os produtos, com o auxílio do Enactus UFRGS, que é um programa de empreendedorismo social que buscava impactar grupos socialmente vulneráveis. O projeto foi um sucesso, houve até um evento de lançamento e a criação de uma página na rede social *Instagram* para a divulgação do serviço. Muitas vendas e encomendas ocorreram no ano de 2019. Com o contexto da pandemia que

iniciou em 2020, muitas mulheres, inclusive que não eram acolhidas, ingressaram no Quitutes a fim de manterem a renda em suas casas.

Na Mirabal, havia coletividade em todas as propostas e projetos. Todas as mulheres que conheciam a casa encontravam uma forma de tornar o direito algo mais dinâmico. Por isto, enquanto permanecia na casa, me perguntava: *O que é o direito?* E, foi ao chegar lá que consegui perceber que ali naquela casa se fazia o direito, a cada dia se fazia política pública.

Uma inspiração para a Mirabal é a Casa Tina Martins, situada no município de Belo Horizonte/MG, que se originou como uma ocupação no antigo prédio da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e que também adveio da união de integrantes do Movimento Olga Benário. Foi a primeira ocupação de mulheres da América Latina, sendo reconhecida pelo poder público como um trabalho essencial.

4.6 RESISTE, MIRABAL

Desde o momento em que a ocupação se estabeleceu na Rua Duque de Caxias, foi protocolada a ação de reintegração de posse. Os advogados dos salesianos ajuizaram a ação e a resistência permaneceu por 2 anos, com muitos episódios de iminente risco de despejo.

Com o mandado de reintegração de posse expedido, a resistência e a guarda da casa foram reforçadas. O plantão de vigia era realizado todos os dias e, ao mesmo tempo, a defesa buscava recorrer da decisão a fim de impedir o cumprimento do mandado de reintegração de posse. Os temores eram muitos, tanto em relação à força policial quanto à possibilidade de não ter para onde ir. Mas, a preocupação principal era sem dúvida a exposição de crianças a uma possível situação de violência.

Durante a vigília de resistência, era comum a produção de cartazes, faixas e articulações de atos. Certa noite, recebi uma mensagem. Era uma convocação para participar de uma reunião com apoiadoras. Com fulcro na urgência, a mensagem ressaltava que era importante a presença de todas. O encontro misterioso não seria na casa. O endereço era de um sindicato chamado Sintrajufe/RS situado em outro bairro da cidade. Na mensagem ainda constava a seguinte observação: levar agasalho e alimento.

A noite naquela data era fria, o sereno deixava seus rastros nos vidros dos carros e a lua brilhava envolvida numa redoma de nuvens, ainda inverno. Era 6 de setembro, véspera de feriado nacional. Ao chegar pude reparar que o prédio era cor de rosa clarinho e havia uma pessoa de vigília no portão. Consegui permissão para entrar após a identificação. Fui orientada por uma coordenadora do Olga a subir e esperar junto com as outras apoiadoras no segundo andar.

Tenho que confessar que estava confusa com aquela situação. O ar era permeado por mistério. As mulheres reunidas lá em cima, falavam baixinho. Nas suas faces havia um tom de apreensão: “*Oi, você também aqui, que bom*”. Podia sentir a seriedade: movimentos sorrateiros, entre sinais e trocas de olhares intrigantes. Confesso que não estava entendendo nada.

Cheguei em uma sala em que as meninas estavam assistindo um filme – algumas sentadas em cadeiras, outras deitadas em colchonetes –. *Colchonetes? Pra que colchonetes?* Fiquei ali assistindo, perguntei o que estava acontecendo, o que estávamos esperando. Não obtive resposta. Foi então que uma das coordenadoras – a Isabel – me chamou para acompanhá-la até o andar de baixo.

Abriu a porta que dava para uma cozinha. Sentamo-nos ao redor de uma mesa, e Isabel falou me olhando nos olhos, direta e sem rodeios: “*Vamos ocupar hoje*”. Uma expressão de surpresa tomou conta de mim. Enquanto tramites e burocracias impediam que um lugar desocupado fosse de imediato destinado à Mirabal, uma escola desativada fora ocupada naquela madrugada, 7 de setembro de 2018. Neste dia, a ocupação Mulheres Mirabal ganhou uma nova casa.

Mas o que é preciso explicar é que havia uma possibilidade do local ser cedido para a realização do trabalho da Mirabal. Havia entraves, pois o prédio pertencia ao Estado do Rio Grande do Sul e era cedido ao município de Porto Alegre. A administração do município se mostrou inflexível e insensível a qualquer mobilização social.

É importante esclarecer que algumas reuniões prévias – antes do dia da nova ocupação – foram realizadas no intuito de buscar alternativas. Uma das reuniões contou com a presença de um Procurador do Estado. Ele reconhecia a importância e relevância do serviço que a Mirabal prestava. Disse que seria interessante que a ocupação tivesse um local regularizado e, que não era o caso do endereço da Rua Duque de Caxias.

Em uma destas reuniões foi acordado com o Estado a possibilidade de um espaço para a nova casa. O local era a escola desativada na Rua Souza Reis, chamada Benjamin Constant. No entanto, não havia um prazo determinado.

Com o mandado de reintegração de posse na rua, a articulação para uma nova ocupação começou. E o local escolhido fora aquele destinado pelo próprio Estado, mesmo sem um prazo certo. É assim que chegamos àquela noite, a madrugada da ocupação.

Alguns detalhes eram bem importantes, e precisavam ser articulados e planejados rapidamente, como a definição de um horário para ocupar, a ligação de energia, alimentos, água e vigília. Quem fosse ocupar deveria permanecer lá por alguns dias, até que a resistência se firmasse. Fui encarregada de ficar de plantão no celular. Se houvesse alguma violação aos direitos humanos ou algum caso de violência. Lembro que não preguei o olho naquela

madrugada e a ocupação se consolidou mediante muita resistência.

A ocupação se dava como uma forma de exigir que o município de Porto Alegre cumprisse com o acordo a respeito do imóvel destinado pelo Estado. Havia um grupo de trabalho composto pelo Estado do Rio Grande do Sul, pelo município de Porto Alegre, pela Procuradoria Geral do Município, pela Procuradoria Geral do Estado, pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, pela Brigada Militar, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e pela Ocupação para a manutenção da prestação do serviço realizado pela casa.

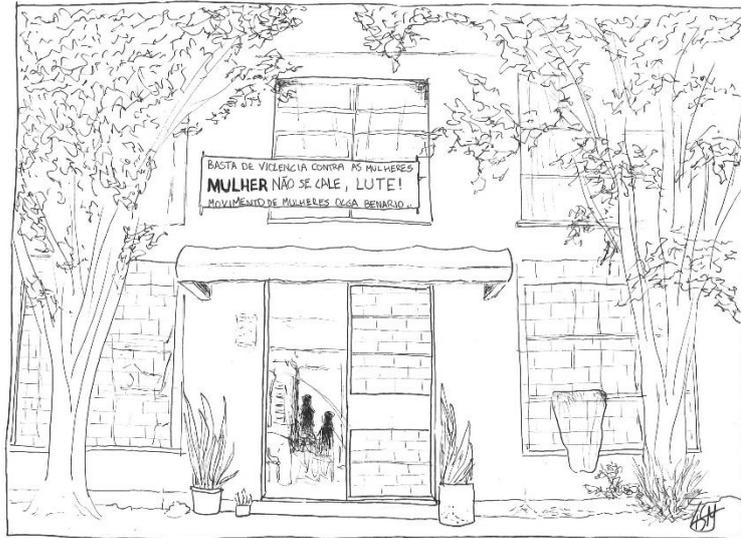
Em 27 de setembro de 2018 foi realizada a entrega da casa da rua Duque de Caxias. Ela sofreu ação de reintegração de posse durante 2 anos pelo proprietário do prédio, a Inspetoria Salesiana Pio X.

As companheiras do Movimento Olga Benário limpavam a casa da Duque e aquela semana fora carregada de nostalgia. Cada canto da casa expressava uma emoção. Lembranças dançavam naquele ambiente. Percursos de mulheres acolhidas passavam pela memória como um clipe musical. Crianças brincando, correndo e gritando. Aquele lugar era carregado de potência. Lugar de pertencimento àquelas mulheres que chegavam lá calejadas de violência e sofrimento. Um lugar que se tornava acolhedor e com o passar dos dias ganhava mais e mais o gosto de casa.

E assim, foi realizada a entrega da Casa da Duque para a Guarda Municipal e para a Brigada Militar. Aquele prédio azul desbotado no centro da cidade que acolheu por quase 2 anos, centenas de mulheres vítimas de violência, principalmente a doméstica, já não estavam mais atuando pela vida.

A Mirabal agora tinha outro endereço para atendimento. Quando fui pela primeira vez à casa nova, já havia acolhidas. Logo após sair a notícia da ocupação do prédio, a Procuradoria-Geral do Município solicitou a reintegração de posse. E, a resistência recomeçou.

Figura 3: Ilustração representando a nova ocupação



Fonte: Da autora, ilustração feita por Tarso Martins (2023).

Consegui perceber que muitas acolhidas achavam ruim a localização da ocupação, tendo em vista que a antiga casa estava situada no centro da cidade. Mas também pude observar a força do Movimento Olga Benário, suas benárias destemidas em busca de um trabalho eficaz na proteção das mulheres.

É sabido que na cidade de Porto Alegre existem outros lugares de acolhimento, como a Casa Viva Maria. Mas ainda há uma lacuna nas políticas públicas para as mulheres. Os índices de feminicídio são altos e crescentes e não há medidas suficientes de prevenção. Existem casos em que as mulheres não encontram com quem conversar e/ou buscar ajuda ao sentirem-se ameaçadas. Em alguns casos, as mulheres encontram a Mirabal após já terem passado pela Casa Viva Maria.

É o que se passou na história de Joanna. Ela sofreu violência doméstica. Era mãe de três filhos. Joca, de 2 anos, era um menino esperto e criativo. Helena tinha 5 anos, olhos cor de mel e um sorriso arteiro que marca quem a conhece. E Tiffany, a primogênita dos irmãos, com 6 anos, parecia ser a “irmã mais velha responsável”, pois passava a impressão de uma criança observadora, uma espécie de líder da trupe.

Acontece que Joanna estava em uma fase posterior a da violência, disposta a procurar maneiras de adquirir fonte de renda, o que não poderia fazer na instituição Casa Viva Maria, destinada a casos de proteção. Foi então solicitado o abrigamento de Joanna junto à Casa Mirabal, com o repasse de todo o seu relatório. Ela permaneceu na casa durante alguns meses. Contou que interrompeu seus estudos muito cedo, mas que planejava retomar e completar o segundo grau através do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Enquanto esteve na casa, Joanna

e seus filhos utilizaram de vários serviços oferecidos, como por exemplo a escuta qualificada de sua história, seus sofrimentos e suas demandas. Recebeu também auxílio com alimentação e necessidades pessoais dela e de seus dependentes. Joanna também encontrou atendimento psicossocial e jurídico com a equipe técnica.

Com o passar do tempo, foi estimulada a participar da oficina de criatividade e geração de renda. Somou nas atividades do Quitutes Mirabal e do Brechó da Casa e foi sempre muito participativa. Além disto, as crianças enquanto estiveram na Casa de Referência Mirabal, encontravam-se matriculadas em escola infantil próxima, com exceção de Joca, que não conseguiu vaga pela Secretaria Municipal de Educação.

O objetivo de Joanna era se reorganizar e reestruturar uma vida digna com os seus filhos, com estabilidade de renda e garantia de moradia. Ela também buscou a regularização da pensão alimentícia, porém não encontrou o genitor das crianças para poder citá-lo e intimá-lo conforme dita a lei. Enquanto conversávamos, Joanna reclamou: *“ele se esconde, tá na casa da mãe dele que eu sei, dizem que ele não tá, mas tá que eu sei”*. Quando questionei sobre a presença do pai na vida das crianças, ela disse: *“Ih, já faz muito tempo, não se importa, não procura... Mas também, não faço questão, não... Queria mesmo que ele ajudasse um pouquinho, que cumprisse com a obrigação que tem por lei”*. E esta é uma realidade recorrente de muitas mães atualmente.

Em um certo dia, fiz parte da escala das apoiadoras na casa. Era manhã, estava calor – um pouco mais quente do que o de costume –, quando cheguei, já havia uma apoiadora. Chamava-se Francisca, era integrante do Movimento Olga Benário e do partido UP. Era cedinho, sentamos ao redor da mesa e o objetivo era nos situarmos para um trabalho de documentação da Mirabal. De repente, um menino começou a descer as escadas. Era o Joca, filho da Joanna. Ele espiou para ver quem estava na mesa e disse: *“Oi, dormiram bem?”* Eu não esperava por isto e me encantei com tamanha doçura. Ele desceu devagarinho, como um bicho desconfiado, e disse: *“Tia, sabe quem eu sou?”* e fez uma pausa me fitando e sorrindo: *“Eu sou o Joca! Minha mãe sabe quem eu sou... minha mãe vai fazer um mamazinho pra mim...”*

E logo em seguida já estavam quatro crianças na sala, de frente para a televisão com as suas respectivas mamadeiras. Enquanto trabalhávamos nas leituras, as crianças ficavam em volta da mesa: *“tia... tia... tia... o que tu tá fazendo?”* Então, Francisca e eu, buscamos papéis e uma caixa com diversos itens: lápis de cor, giz de cera, canetinhas e cola. E a brincadeira começou. A cada desenho realizado, um deles passava cola e grudava na parede. No final daquela manhã, a parede estava preenchida de desenhos diversos, e confesso que só pensava no trabalhão que daria para limpar aquilo tudo.

A história de Joanna na Casa de Referência Mirabal terminou com um chá de casa nova, esperança e recomeço. Joanna conseguiu uma moradia em outra cidade, recebeu doações para mobiliar o novo lar e marcou um chá para despedir-se das pessoas que participaram de alguma forma do seu percurso. Foi em uma tarde quente de verão. Logo na chegada, as crianças gritavam: *“tia... tia... tu lembra de mim? Eu lembro de ti...”* e eu percebia o carinho que havia nelas. Joanna recebeu muitos presentes e muitas militantes/apoiadoras do Movimento Olga Benário se fizeram presentes, pois ela era uma pessoa querida e tinha a simpatia de todas. Enquanto acontecia o chá no pátio da casa com docinhos e salgadinhos, as crianças corriam agitadas.

Estávamos em um semicírculo no pátio, sob a sombra de duas árvores, uma delas, um butiazeiro – sabia por que o chão estava repleto de butiás –, lá no outro lado do pátio, Pedrinho, filho de outra acolhida, anunciava sorvetes imaginários em cima de um palanque de brinquedos improvisado. Ele gritava: *“tia... tia... eu tô vendendo sorvete, tia... tia... quer comprar?”* fiz que sim e, a menina Helena veio até mim como responsável pela encomenda e perguntou: *“de que sabor, tia?”* Respondi: *“hum, de abacaxi”*. E prontamente o pedido voltou ao sorveteiro mirim. De lá, do outro lado do pátio, ele respondeu: *“De abacaxi não tem, pode ser de morango?”* E, assim a brincadeira continuou. Notei que as crianças costumavam apegar-se às figuras das apoiadoras muito facilmente, tanto a minha quanto a de tantas outras que passaram por aquela casa.

Em uma última conversa com Joanna, percebi que ela estava aliviada e agradecida por todo o tempo que foi acolhida na Mirabal, pela oportunidade de recomeço e por ter ganho uma chance de se reorganizar. Ela se sentia grata por ter o espaço e pessoas comprometidas para reestruturar sua vida. Os olhos de Joanna estavam radiantes na expectativa da mudança que ocorrera no dia seguinte.

Algumas acolhidas plantavam esperança na casa em forma de projetos. Este é o caso de Dandara. Uma mulher negra, forte e mãe de duas filhas. Chegou na casa após ter sofrido várias formas de violência: doméstica, institucional e vulnerabilidade social. Chegou carregando consigo sofrimentos. Dandara encontrou a Mirabal duas vezes em seu percurso. Na primeira vez, foi acolhida junto com as suas dependentes, por conta de violência doméstica. Saiu por ter conseguido um emprego com moradia, mas, depois de um certo tempo, retornou mais uma vez e foi prontamente acolhida com as filhas. Dandara era muito caprichosa e fazia comidas deliciosas. Quando retornou à casa, pela segunda vez, foi através dela que o projeto Quitutes Mirabal, que estava parado, não só se recuperou, como se desenvolveu. Foi a partir daí que houve a concretização do projeto em geração de renda e a parceria com o Projeto Enactus, como

já mencionado anteriormente. Com o passar do tempo, ela se desvinculou do projeto e passou a trabalhar como diarista. Durante o seu abrigo, houve inserção escolar para as crianças. Dandara, por ser inquieta e habilidosa, também iniciou um projeto de corte e costura. Com muita luta conseguiu comprar um espaço. Realizou a mudança, mas seguiu sendo acompanhada pela Casa de Referência Mirabal.

Uma das acolhidas me disse que gostaria de abrir os olhos das pessoas para que tivessem mais empatia. Quitéria, uma mulher negra, diarista, com filhos para sustentar, com uma expressão reflexiva de indignação, salientava: *“Sabe, eu sempre batalhei muito. A Mirabal foi importante. Com a Mirabal eu consegui ter senso crítico das coisas...”*. Quitéria foi ativa na casa, participando de grupos de estudos e projetos. Quando a conheci, pensei que fosse professora. No decorrer do tempo pude tomar ciência de quanta força aquela mulher tinha e como ela era assolada pela desigualdade social, pelo colonialismo, pelo capitalismo – que exclui mais que inclui – e pela violência de gênero. Ela trazia questionamentos potentes, problematizava os julgamentos sofridos por quem sofre violência. Fatores estes carregados de estigma e preconceito, que não respeitam a vida humana em toda a sua diversidade. Sobre a falta de empatia, Quitéria dizia que havia muita gente distante da ocupação. Elas não conseguiam se colocar naquele contexto, e por isto não apoiavam.

Estas experiências junto à Mirabal me fazem pensar em busca por dignidade. Mulheres em solidariedade que se esforçam todos os dias para atender outras mulheres, que necessitam de acolhimento, abrigo. Procuram uma palavra amiga que seja livre de julgamentos e estigmas.

5 CONCLUSÃO

Com longo histórico de resistência, a Casa de Referência Mulheres Mirabal se tornou uma importante alternativa de enfrentamento à violência contra a mulher, um meio de resistência e contestação à ausência de políticas públicas efetivas. As mulheres acessam-na por motivos de violência doméstica ou vulnerabilidades e encontram na casa uma oportunidade de construção de cidadania, o desenvolvimento de autonomia, autoconhecimento, descoberta de vocações, construção de afetos e competências.

Os estudos e perspectivas trazidas pela antropóloga Veena Das trouxeram importantes contribuições para as reflexões desenvolvidas nesta dissertação, uma vez que abordam o sofrimento, as múltiplas vozes que expressam o vivido de situações de violência no ordinário do cotidiano. A vida coletiva numa ocupação como a Mirabal pode possibilitar o reconhecimento da dor de outras mulheres, bem como, a compreensão de histórias e percursos comuns.

Além disto, a casa Mirabal mostra-se também um movimento de resistência pelo espaço, por isto, esta experiência pode ser analisada sob a ótica da corrente teórica Direito Achado na Rua, que surgiu no início dos anos 80, como corrente crítica do Direito, idealizada por Roberto Lyra Filho na Universidade de Brasília para pensar a sociedade, reconhecer e identificar o Direito nas demandas sociais das minorias. O movimento assume um papel de denúncia enquanto desenvolve ações e questionamentos sobre temas que rodeiam a justiça, como os direitos humanos, a questão agrária, educação popular, desigualdade social e entre outros temas fundamentais de cidadania e respeito à dignidade humana, conforme Souza Júnior (2008):

O Direito Achado na Rua, consiste em compreender e refletir sobre a atuação jurídica dos novos movimentos sociais e, com base na análise das experiências populares de criação do direito: 1. Determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos, a partir mesmo de sua constituição extralegal, como por exemplo, os direitos humanos; 2. Definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3. Enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa em que sejam superadas as condições de espoliação e de opressão entre as pessoas e na qual o direito possa realizar-se como um projeto de legítima organização social da liberdade.

Assim, é possível identificar a produção de direito vivo na Casa de Referência, através de práticas produzidas por um movimento de mulheres que oferecem serviços essenciais a partir de um movimento social. Cabe enfatizar que suas reivindicações têm contribuído para ampliar políticas públicas oferecidas pelos poderes institucionais, como, por exemplo, a criação recente,

por parte do município de Porto Alegre, de uma nova casa de referência para atendimento às mulheres que sofrem violência.

Foi possível constatar logo no início da pesquisa a importância dos movimentos sociais e das reivindicações populares na concretização de políticas públicas, bem como, a importância dos Direitos Humanos, das convenções e dos reflexos na Constituição Federal de 1988. Mulheres organizadas conquistaram seu espaço no decorrer do tempo e, ainda há um longo caminho para se percorrer no que tange o fortalecimento de políticas públicas e conscientização social.

A ocupação, desde o surgimento em 2016, teve um impacto significativo na mídia. As notícias e reportagens colocadas nos mais variados veículos de imprensa, demonstraram a importância da Casa para as mulheres da cidade e arredores, bem como, toda a articulação dos atos de resistência que a ocupação enfrentou, tendo em vista os conflitos judiciais com o poder estatal desde o seu surgimento.

A ambiguidade está muito presente quando se trata do poder público em relação à Casa de Referência Mulheres Mirabal, pois o mesmo poder, que ingressa com ações de reintegração de posse e que faz de tudo para forçar a desocupação, também indica e encaminha mulheres para a Casa.

É possível constatar que existem muitos estigmas sobre uma ocupação. Qualquer que seja a situação, a mulher que se engaja está sujeita a ser acusada de invasão e outros tantos rótulos, tendo em vista que a discussão sobre o direito à moradia ainda não amadureceu em nosso país. Este estigma está presente no olhar do poder público municipal quando se trata da Mirabal. Um olhar colonialista, patriarcal que se apoia em razões técnicas e administrativas. Frise-se que vários casos são encaminhados para a ocupação por instituições e órgãos oficiais, como, por exemplo, a Delegacia da Mulher, Postos de Saúde e a Defensoria Pública, os quais reconhecem o trabalho realizado pela casa como fundamental. A pesquisa mostrou parte deste processo e de seus efeitos na vida de mulheres e crianças.

Nos registros etnográficos, se teceram cenas da pesquisa empírica deste trabalho. Não se pode negar que foi a parte mais intensa de escrever. Foi elaborado com cuidado e zelo onde buscou-se dedicar toda a atenção que o contexto exigia. As cenas foram lembradas, anotadas e percebidas com poesia. Vivenciar a ocupação Mirabal permitiu sentir dor, revolta, alegria. Um misto de sentimentos ao experimentar a convivência com múltiplas vozes.

Sobre o movimento e suas apoiadoras e apoiadores destaca-se a história de mulheres voluntárias capazes de doar o seu tempo e habilidades em prol de outras para uma ocupação

que desde seu surgimento presta serviços essenciais às mulheres e, questiona a lacuna de políticas públicas destinada à proteção das vítimas de violência na cidade de Porto Alegre.

A Casa Mirabal é um local de múltiplas vivências, que possibilitou para muitas mulheres, e ainda possibilita, o desenvolvimento da recuperação da autoestima, do autorrespeito e a construção de cidadania. Um território onde é possível expor sentimentos em uma escuta qualificada, priorizando a saúde mental da mulher acolhida/abrigada.

Com a observação etnográfica foi percebido a teia de afetos que é tecida na Mirabal, e como cada mulher que passou pelo olhar da pesquisadora representa uma luta, uma individualidade, uma história a ser respeitada e dignificada. Algumas até mesmo reencontraram o estudo em suas vidas; outras, uma fonte de renda.

Concluo este trabalho percebendo que a Casa Mirabal é uma alternativa de enfrentamento à violência contra mulher na cidade de Porto Alegre. A ocupação, ao longo de sua trajetória, tem se constituído em um espaço de criação e fortalecimento de direitos humanos.

A importância de trabalhos como este na luta por melhores políticas públicas no cenário da violência contra a mulher a partir deste lugar *sui generis*, ao mesmo tempo estigmatizado pelo Estado e, no entanto, procurado constantemente por inúmeras mulheres todos os dias.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. A. Mulheres espancadas: a violência denunciada. Rio de Janeiro: Cortez, 1985. In: MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre/RS; RJ: **Caderno Saúde Pública**, v.16, jul-set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n3/2960.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2021.
- BAMPI, Mariana; VIDAL, Brenda. 2017. A ocupação Mirabal e o ser-mulher: verbo de luta. **Revista Eletrônica Nonada**. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/revista>. Acesso em: 9 set. 2022.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados [online]**, v.17, n.49, 2003, p.87-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- BRASIL DE FATO/RS. **Julgamento da reintegração de posse da Casa Mirabal acontece nesta quarta-feira (31)**. 2022. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/08/30/julgamento-da-reintegracao-de-posse-da-casa-mirabal-acontece-nesta-quarta-feira-31>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- _____. Convenção de 1984. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.
- _____. Lei Maria da Penha. **Lei nº 11.340/06**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006. Acesso em: 17 jan. 2022.
- _____. Lei Maria da Penha. **Lei nº 11.343 de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ato2004-2006/2006/6/2006>. Acesso em: 15 out. 2022.
- _____. Palácio do Planalto. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/constituicao/constituicao>. Acesso em: 9 mar. 2022.
- _____. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013)**. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- _____. Senado Federal. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011)**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. 1.ed. São Paulo, nov. 2019.
- CÁRCOVA, Carlos Mariá. **A Opacidade do Direito**. São Paulo: Ltr, 1998.
- CARVALHO, Nicole (2017). **Núcleo da Moradia**: Defensoria Pública visita ocupação Mirabal, em Porto Alegre. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/nucleo-da-moradia-defensoria-publica-visita-ocupacao-mirabal-em-porto-alegre>. Acesso em: 19 set. 2022.

CEGATTI, Amanda Carolina. As ocupações do movimento Olga Benário e a desobediência civil feminista. **Revista Movimentação, Dourados**, MS, v.6, n.10, jan./jun. 2019 - ISSN 2358-9205. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/9294>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CORREIO do Povo. Reportagem de Brenda Fernandez. **Casa de acolhimento de mulheres Mirabal, em Porto Alegre, tem luz cortada**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/casa-de-acolhimento-de-mulheres-mirabal-em-porto-alegre-tem-luz-cortada-1.683519>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CRUZ, Luana. **Existir é Resistir**: dois anos de ocupação Mirabal. Sextante (2018). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/12/13/sextante-existir-e-resistir-dois-anos-de-ocupacao-mirabal/>. Acesso em: 4 maio 2020.

CUZ, Ane; ARAÚJO, Jadilza; CERQUEIRA, Tais. Senado Federal. **Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres**. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 22 jan. 2023.

DAS, Veena. 2020. **Vida e Palavras A Violência e sua Descida ao Ordinário** São Paulo: Editora da Unifesp. Disponível em: <https://www.editoraunifesp.com.br> >. Acesso em: 14 nov. 2022.

_____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. In: **Cadernos Pagu**, v.37, p.9-41 jul.dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645006>. Acesso em: 2 de fev. 2023.

_____. Sexual violence, discursive formations and the state. In: CORONIL, F; SKURSKI, J. (eds.) **States of Violence**. Michigan, Univ. Mich. Press, 2005, p.323-425. Disponível em: https://www.epw.in/system/files/pdf/1996_31/35-36-37/sexual_violence_discursive_formation_and_the_state.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

_____; POOLE, D. (Ed.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. Disponível em: <https://sarweb.org/anthropology-i...> Acesso em: 14 mar. 2022.

_____. Wittgenstein and anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v.27, 1998, p.171-195. Disponível em: <https://www.annualreviews.org> >. Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. “Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero”. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia**, 2020. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/123456789/1827>. Acesso em: 22 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

G1/RS. **Ministério Público recomenda que Casa Mirabal interrompa atendimento de mulheres vítimas de violência no RS**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/12/20/ministerio-publico-recomenda-que-casa-mirabal-interrompa-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia-no-rs.ghtml> Acesso em: 20 maio 2022.

GÁUCHA ZH. Colunista Claudia Tajés. **Uma casa pede ajuda: a Mirabal, que acolhe mulheres vítimas de violência, segue lutando para sobreviver.** Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/colunistas/claudia-tajes/noticia/2022/02/uma-casa-pede-ajuda-a-mirabal-que-acolhe-mulheres-vitimas-de-violencia-segue-lutando-para-sobreviver...> Acesso em: 13 fev. 2022.

_____. Jornalista Alberi Neto. **Ocupação que abriga mulheres vítimas de violência doméstica está sem luz desde setembro na capital.** Porto Alegre, 2022. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/10/ocupacao-que-abriga-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-esta-sem-luz-desde-setembro-na-capital-ckuzyp2u2003t019moupcrroa.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

_____. **Justiça nega pedido de reintegração de posse de escola usada pela ocupação Mirabal.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/07/justica-nega-pedido-de-reintegracao-de-posse-de-escola-usada-pela-ocupacao-mirabal-cjyhma98w04ib01mszusr2vi.html> Acesso em: 13 fev. 2022.

_____. Reportagem de Bruna Vargas (2018). **Com prazo esgotado e negociações emperradas, ocupação Mulheres Mirabal corre risco de ser despejada.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/06/com-prazo-esgotado-e-negociacoes-emperradas-ocupacao-mulheres-mirabal-corre-risco-de-ser-despejada-cjinhnu0eum01paf2ncja5b.html> 9/19. Acesso em: 13 fev. 2022.

_____. Reportagem de Bruna Vargas (2018). **Juiz determina cumprimento de reintegração de posse de casa onde funciona.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/07/juiz-determina-cumprimento-de-reintegracao-de-posse-de-casa-onde-funciona-a-ocupacao-mirabal-cjjg08yxi0q0f01qo7c1piycf.html>. Acesso em: 13 fev. 2022.

_____. Reportagem de Caue Fonseca. **Reunião tentará resolver impasse entre prefeitura e Ocupação Mirabal.** Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/reuniao-tentara-resolver-impasse-entre-prefeitura-e-ocupacao-mirabal-cjl...html>. Acesso em: 13 fev. 2022.

_____. Reportagem de Jéssica Rebeca Webber. **Governo do RS vai destinar prédio que poderá servir à ocupação Mulheres Mirabal.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/06/governo-do-rs-vai-destinar-predio-que-podera-servir-a-ocupacao-mulheres-mirabal-cjiusq4dn0gcf01pacep0p4b2.html>. Acesso em: 12 mar. 2022.

_____. Repórter Cid Martins. **Integrantes da Mirabal ocupam escola em negociação para atender vítimas de violência doméstica.** Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/integrantes-da-mirabal-ocupam-escola-em-negociacao-para-atender-vitimas-de-violencia-domestica-cjls0y4lv01gx01pxbqzn9crl.html>. Acesso em: 13 fev. 2022,

_____. Reporter Miller. **Saiba como funciona o trabalho de apoio a vítimas de violência na ocupação Mirabal.** Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/06/saiba-como-funciona-o-trabalho-de-apoio-a-vitimas-de-violencia-na-ocupacao-mirabal-9808103.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GAÚCHA ZH. Sala de Domingo. **Mirabal desocupa prédio no centro de Porto Alegre.** Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/mirabal-desocupa-predio-no-centro-de-porto-alegre-cjmkx6ug500co01rx7s6wgjh8.html>. Acesso em: 13 fev. 2022.

_____. Sala de Domingo. **Vereadoras tentarão legalizar uso de escola pela Ocupação Mirabal.** 2018. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/vereadoras-tentarao-legalizar-uso-de-escola-pela-ocupacao-mirabal-cjm2b1fcz03au01mn8wsx2ljb.html>. Acesso em: 13 fev. 2022.

GEERTZ, C. **Vidas e obras: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GOMES, Luis Eduardo. **Os Lanceiros Negros.** Porto Alegre. Diadorim, 2017.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole [online]**, v.21, n.46, 2019, p.951-974. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 6 jan. 2023

JORNAL A Verdade (2021). **Cartilha do movimento de mulheres Olga Benário.** 3.ed. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/documento-29-mmob-cartilha-do-movimento-de-mulheres-olga-ben%c3%81rio.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Colunista Thaina Gawlinski. **Nasce em Porto Alegre a ocupação Mulheres Mirabal.** Porto Alegre, 2016. Disponível em <https://averdade.org.br/2016/11/nasce-em-porto-alegre-ocupacao-mulheres-mirabal/>. Acesso em: 19 set. 2022.

_____. Movimento de Mulheres Olga Benário. **Mulheres gaúchas ocupam escola para garantir Centro de Referência.** Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://averdade.org.br/2018/09/mulheres-gauchas-ocupam-escola-benjamim-constant/> Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. **Mulheres Mirabal recebem Amelinha Teles, Criméia de Almeida e Suzana Lisboa.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://averdade.org.br/2019/10/mulheres-mirabal-recebem-amelinha-teles-crimeia-de-almeida-e-suzana-lisboa/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Nana Sanches. **Casa de Referência Mulheres Mirabal conquista alvará de funcionamento.** Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/04/casa-de-referencia-mulheres-mirabal-conquista-alvara-de-funcionamento/> Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. Reportagem de Jessica de Castro; Indira Xavier. (2022). **Casa Tina Martins: 6 anos de luta e resistência.** Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/03/casa-tina-martins-6-anos-de-luta-e-resistencia/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

JORNAL da USP. Helena Regina Lobo da Costa entrevistou Roxane Ré. Execução da Lei Maria da Penha ainda clama pela efetivação de políticas públicas. **Atualidades.** São Paulo: Jornal da USP. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/execucao-da-lei-maria-da-penha-ainda-clama-pela-efetivacao-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

JORNAL Extra Classe. Reportagem de Clarinha Glock. **Mulheres vítimas de violência podem ficar sem abrigo**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2017/04/mulheres-vitimas-de-violencia-podem-ficar-sem-abrigo/>. Acesso em: 5 nov. 2022.

JORNAL Sul21. Reportagem de Fernanda Canofre (2016). **Mulheres ocupam prédio no centro de Porto Alegre por mais vagas em abrigo e assistência**. Disponível em: https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/11/mulheres-ocupam-predio-no-centro-de-porto-alegre-por-mais-vagas-em-abrigo-e-assistencia/. Acesso em: 9 set. 2022.

_____. Reportagem de Fernanda Canofre (2017). **Ocupação Mirabal: como funciona uma ocupação de mulheres para mulheres**. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/01/ocupacao-mirabal-como-funciona-uma-ocupacao-de-mulheres-para-mulheres/>. Acesso em: 24 set. 2022.

KRENKEL, Scheila; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda. O campo. Violência contra a Mulher, Casas-Abrigo e Redes Sociais. Revisão Sistemática da literatura. **Psicologia: ciência e profissão**, jul/set. 2017 v.37 n.3, p.770-783. p.771. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/z8qpqWpZgpxTpP8Wsfh6ftd/?lang=pt&format=pdf> Acessado em: 20 dez 2022.

MAGALHÃES, M. J.; MORAIS, C.; CASTRO, Y. R. Organização e funcionamento duma casa de abrigo de solidariedade social. **Psicologia & Sociedade**, n.23, p.598-607, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/18.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

MAIA, Francis. **CDDH debate situação da Casa Mirabal em Porto Alegre**. Agência de Notícias. 2022. Assembleia Legislativa do RS. Disponível em <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/329699#:...> Acesso em: 10 dez. 2022.

MARTINS, Fernanda. *Feminismos Criminológicos*. São Paulo. 1. ed. Editora Tirant to Blanch, 2021

MATINAL Jornalismo. Reportagem de Caroline Guarnieri e Valentina Bressan. **Mirabal consegue alvará de funcionamento em Porto Alegre. 2022**. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/mulheres-mirabal-consegue-alvara-de-funcionamento-porto-alegre/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

_____. Reportagem de Caroline Guarnieri, Mariana Alves e Valentina Bressan. **Prefeitura quer fechar Mirabal enquanto vítimas de violência doméstica sofrem com regras rigorosas e poucas vagas (2022)**. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/casa-mirabal-excesso-de-burocracia/>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MELO, Marília Cortes Gouveia de. **E depois da denúncia?** violência doméstica contra as mulheres, subjetividade e políticas de atendimento. Especialização em Psicologia Jurídica. Instituto de Psicologia, UERJ. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_8_Melo_Rodrigues.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

_____; RODRIGUES, Adriana Severo. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional. **O Social em Questão**, ano XX, n.38, Rio de Janeiro, maio/ago., 2017. Disponível

em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_8_Melo_Rodrigues.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

MENEGHEL, Steela Nazareth; BAIROS, Fernanda; MUELLER, Betânia; et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.27 n.4 abr. 2011, p.743-752. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8rylxbz4zpt4ggn7fws7jc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

OLIVEIRA, Cida de. Mulheres transformam ocupação de galpão abandonado em casa de referência. **Rede Brasil Atual**. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/mulheres-ocupacao-galpao-abandonado-em-casa-de-referencia/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

PARREIRAS, Carolina; LACERDA, Paula. 2021. “Violência - Veena Das” In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/violencia-veena-das>. Acesso em: 23 out. 2021.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. Noticiado por Corrêa (2017). **Procuradoria Especial da Mulher intermedia negociação da ocupação Mirabal**. Disponível em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/procuradoria-especial-da-mulher-intermedia-negociacao-da-ocupacao-mirabal>. Acesso em: 19 set. 2022.

_____. Câmara dos Vereadores. Noticiado por Carolina Brum Correa. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/procuradoria-especial-da-mulher-intermedia-negociacao-da-ocupacao-mirabal>. Acesso em: 22 jan. 2023.

_____. CPERS. **Inadmissível: prefeitura de Porto Alegre quer reintegração de posse de casa que acolhe mulheres em situação de violência**. Porto Alegre, (2022). Disponível em: <https://cpers.com.br/inadmissivel-prefeitura-de-porto-alegre-quer-reintegracao-de-posse-de-casa-que-acolhe-mulheres-em-situacao-de-violencia/>. Acesso em 20 nov. 2022.

_____. ONG. THEMIS. **Nota de apoio à Ocupação de Mulheres Mirabal**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://themis.org.br/nota-de-apoio-ocupacao-de-mulheres-mirabal/>. Acesso em: 10 out. 2022.

RODRIGUES, Bárbara; CARON, Daniele. Para onde vão as mulheres vítimas de violência? A luta do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Casa De Referência Mulheres Mirabal pela vida das mulheres. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico**. Anais. Salvador/BA UCSal, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xicbdu2022/486137-para-onde-va-as-mulheres-vitimas-de-violencia--a-luta-do-movimento-de-mulheres-olga-benario--e-da-casa-de-refer>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SOARES, Vera. “Muitas faces do feminismo no Brasil”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. (Orgs.). **Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.33-54.

SODRE, Lú; COCOLO, Ana Cristina. Brasil é o 5º país que mais mata mulheres. **Revista Entreteses**. UNIFESP, nov., 2016. Edição 7. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres> Acesso em: 20 nov. 2022.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como Liberdade**: o direito achado na rua experiências populares emancipatórias de criação do direito. Tese. Brasília: UnB, 2008.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Na rua a construção da cultura e cidadania. **Revista do Sindjus**: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF, Brasília, ano XV, n.35, nov. 2006.

_____. **Sociologia Jurídica**: condições sociais e possibilidades teóricas. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.

TAKAHASHI, Larissa. **Casa Helenira Preta**: o combate à violência contra a mulher. São Paulo, 2019. Disponível em <https://blog.atados.com.br/combate-a-violencia-contra-a-mulher-e-o-principal-objetivo-da-ocupacao/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

TOMMASI, Livia de; ASSIS, Isis Mustafa de. **As mulheres e a luta por casa de referência**: a experiência do movimento de mulheres Olga Benário e o CRM Helenira Preta. 2018. Disponibilizado em: <https://periodicos.ufabc.edu.br>. Acesso em: 21 fev. 2023.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. **Punir, Proteger, Prevenir?** A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal (2015). Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/>dispace>handle>. Acesso em: 23 jan. 2023.

VIANNA, Adriana. **Vida, palavras e alguns outros traçados**: lendo Veena Das. Mana [online]. 2020, v.26, n.3 e 263206. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/qnhj7R44MGVbjt48RKDwNVL/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

YAHOO Notícias. Gabriel Melloni. Em meio a aumento de feminicídios, casa de acolhimento a vítimas luta para seguir aberta no RS.! **Notícias**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/em-meio-a-aumento-de-feminicidios-casa-de-acolhimento-a-vitimas-luta-para-seguir-aberta-no-rs-141800492.html?guccounter...> Acesso em: 20 fev. 2022.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad